



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**X Legislatura**

**Número: 105**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, quarta-feira, 17 de junho de 2015**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*  
*(substituído, no decorrer da sessão, pelo Deputado Bruno Belo)*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.*

A Reunião teve início com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, tendo sido apresentados os seguintes votos:

- [Voto de congratulação pela realização da 50.º edição do SATA Rally Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua leitura pelo Deputado Ricardo Cabral, usou da palavra o Deputado Cláudio Almeida (*PSD*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos 25 anos do Grupo Desportivo da Feteira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para a sua apresentação, usou da palavra o Deputado Luís Garcia.

Seguidamente, interveio no debate o Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

O voto referenciado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação à campeã nacional do mega salto, Mainara Rodrigues,](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A sua leitura esteve a cargo do Deputado Ricardo Ramalho.

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação à campeã nacional de mega salto, Mainara Rodrigues,](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para a sua apresentação, usou da palavra o Deputado Valdemiro Vasconcelos.

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande,](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua leitura pela Deputada Marta Couto, participou no debate o Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

O voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de saudação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande,](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A sua apresentação esteve a cargo do Deputado Joaquim Machado, tendo sido o mesmo, após votação, aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos 25 anos do Lions Clube de Vila Franca do Campo,](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua apresentação pelo Deputado José Andrade, interveio no debate a Deputada Cecília Pavão (*PS*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação ao Clube União Sportiva: Campeão nacional da liga feminina de Basquetebol,](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a sua apresentação pelo Deputado Cláudio Almeida, participou no debate o Deputado José Contente (*PS*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação aos Campeões nacionais de apneia](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Deputado Luís Garcia.

Seguidamente, interveio no debate o Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pela prestação das equipas açorianas no concurso nacional CanSat](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Deputado Cláudio Almeida e a intervenção do Deputado Duarte Moreira (*PS*), o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pela redistribuição da RTP Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Deputado Joaquim Machado e a intervenção do Deputado André Bradford (*PS*), o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação à campeã nacional de lançamento de peso, Liliana Sousa](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto foi apresentado pelo Deputado Paulo Parece, tendo, de seguida, usado da palavra o Deputado Duarte Moreira (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de saudação pelos 75 anos da empresa Foto Jovial](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto foi apresentado pelo Deputado Jorge Costa Pereira, tendo, de seguida, usado da palavra o Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*) e a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de protesto contra a forma como foi feita a expropriação dos terrenos na Lagoa das Furnas](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto esteve a cargo da Deputada Graça Silveira, tendo intervindo no debate os Deputados José San-Bento (*PS*) e Renato Cordeiro (*PSD*), a Deputada Zuraída Soares (*BE*) e o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

O voto supra mencionado foi rejeitado.

- [Voto de pesar pelo falecimento de Djuta Ben-David](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pela Deputada Renata Correia Botelho, participou no debate o Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

O voto supra mencionado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de pesar pelo falecimento de Djuta Ben-David](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto esteve a cargo do Deputado José Andrade.

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de pesar pelo falecimento do Padre José Maria Almeida](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pela Deputada Benilde Oliveira e a intervenção do Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de pesar pelo falecimento do Padre José Maria Almeida](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Deputado José Andrade, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Seguidamente, entrou-se na Agenda da Reunião, tendo sido discutidos os seguintes pontos:

- [Projeto de Resolução n.º 106/X – “Roteiro Cultural dedicado a Carlos George Nascimento”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentado o diploma pelo Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra os Deputados Iasalde Nunes (*PS*) e José Andrade (*PSD*), as Deputadas Ana

Espínola (*CDS-PP*) e Zuraida Soares (*BE*), o Deputado Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – “Estabelece o Regime Jurídico do Dador de Sangue no Serviço Regional de Saúde”](#).

Apresentado o diploma pelo Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*), participaram, de seguida, no debate o Deputado Luís Maurício (*PSD*), a Deputada Zuraida Soares (*BE*), o Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), a Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*) e os Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetida à votação, a proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Ainda neste ponto, proferiram declarações de voto o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e a Deputada Zuraida Soares (*BE*).

- [Projeto de Resolução n.º 115/X - Criação do "Museu do Parlamento"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o diploma pelo Deputado José Andrade, usaram da palavra a Deputada Graça Silva (*PS*), o Deputado Aníbal Pires (*PCP*), a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e a Deputada Zuraida Soares (*BE*).

O diploma em apreço foi aprovado.

- [Projeto de Resolução n.º 116/X – “Pedagogia da Autonomia na Comunicação Social”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o diploma pelo Deputado José Andrade, usaram da palavra os Deputados Pedro Moura (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Submetido à votação, o Projeto de Resolução foi rejeitado.

- [Pedido de autorização para o Sr. Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo comum \(Tribunal Singular\) n.º 4/14.6/FBSCF.](#)

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

- [Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 16/X – “Programa especial de apoio social para a ilha Terceira”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justifica a urgência pelo Deputado Aníbal Pires, participou no debate o Deputado Nuno Meneses (PS).

O pedido em apreço foi aprovado por unanimidade.

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 17 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia a todos.

Sr. Secretário, faça o favor de fazer a chamada.

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Arlinda Maria Focha Nunes**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cecília do Rosário Farias Pavão**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso** Meneses da Costa

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Iasalde Fraga Nunes**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento** de Sousa

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

Maria da **Graça Oliveira Silva**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Miguel António Moniz da Costa**

**Nuno Miguel Aguiar de Meneses**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António Augusto Baptista Soares Marinho**

**António Lima Cardoso Ventura**

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Cláudio Borges Almeida**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Humberto Trindade Borges de Melo**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**José Maria de Medeiros Andrade**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

**Maria Judite Gomes Parreira**

**Paulo Henrique Parece Baptista**

**Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro**

**Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos**

**Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)**

**Ana Carina Alberto Espínola**

**Artur Manuel Leal de Lima**

**Maria da Graça Silveira**

**Bloco de Esquerda (BE)**

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

**Partido Comunista Português (PCP)**

**Aníbal da Conceição Pires**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos começar pela apresentação de votos.

O primeiro é de congratulação, apresentado pelo Partido Socialista, referente ao Grupo Desportivo Comercial pela realização da 50.<sup>a</sup> edição do SATA Rally Açores.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exm.<sup>a</sup> Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **Ao Grupo Desportivo Comercial pela realização da 50<sup>a</sup> Edição do SATA Rally Açores**

O Grupo Desportivo Comercial levou novamente à estrada, entre 4 e 6 de junho, a 50.<sup>a</sup> edição do SATA Rally Açores, a mais importante prova do automobilismo Açoriano e sem dúvida, uma das provas disputadas em Portugal, com maior reconhecimento internacional.

A celebrar as suas Bodas de Ouro, o SATA Rally Açores, para além do seu indiscutível valor desportivo, afirmou-se ao longo das décadas como um dos eventos que garante aos Açores uma promoção em grande escala. Não só pelos milhares de visionamentos de imagens da prova em páginas especializadas da internet, nas redes sociais e nos mais variados meios de comunicação social mas com especial ênfase para a cadeia Eurosport, com uma audiência de milhares de espectadores por todo o mundo.

Também por isso os Açores afirmam-se ainda mais como destino turístico com

cada vez mais notoriedade no exterior.

O próprio Rali, tem constituído um motivo de atração enchendo por ocasião da sua realização, a ilha de São Miguel, de muitos turistas.

Indesmentível é ainda a dinâmica social e financeira do evento que, de acordo com um estudo da Universidade do Algarve divulgado este ano, gera para os Açores um retorno na ordem dos 13 milhões de euros.

Longe de pensar nesta dimensão estariam certamente aqueles que pensaram e organizaram a "*1ª VOLTA À ILHA DE S. MIGUEL*", a 18 de Julho de 1965, cujo vencedor foi o Eng. Luís Toste Rego, que fez equipa com o Dr. Jaime Gama, ao volante de um *Fiat 1500*.

Desde cedo, o Grupo Desportivo Comercial começou as diligências necessárias para um reconhecimento internacional da prova.

Sinal disso, foi o pedido de filiação na *F.I.S.A. (Fédération Internationale du Sport Automobile)*, passando a partir da sua 8ª edição, a ser a Volta designada por "*RALLY INTERNACIONAL DE S. MIGUEL*", e no ano seguinte, surgem já algumas "vedetas" de renome mundial, casos de Sandro Munari e Alcide Paganelli, que por sinal não terminam a prova.

Em 1970, passa a ser uma prova do Campeonato de Portugal de Ralis, e em 1985, a prova rainha do automobilismo açoriano, entra para o Campeonato Europeu de Ralis.

Em 2009, o "*SATA RALLYE DOS AÇORES*" deu outro grande passo ao integrar-se no campeonato IRC - *Internacional Rally Challenge*, que se começava a afirmar como uma das mais importantes competições de rallys a nível mundial.

A confirmação viria em 2013 com a transformação do IRC em ERC - *European Rally Championship* sob a égide do Canal Televisivo EUROSPOT dando-lhe uma projeção que compete mesmo com o Mundial de Rallies.

A edição comemorativa dos 50 anos do Rally foi mais uma vez um sucesso

desportivo, cujo vencedor foi o irlandês, Graig Breen.

Destaque para o piloto açoriano, Ricardo Moura que conquistou o pódio, sendo o melhor português em prova, constituindo-se mais uma vez como motivo de grande orgulho de todos os Açorianos amantes do automobilismo.

Ricardo Moura e a sua equipa são também excelentes exemplos na promoção do desporto e uma grande referência do Automobilismo no concelho de Ponta Delgada, nos Açores e em Portugal.

Uma referência especial também para o Senhor Diretor da Prova, António Andrade, cérebro da organização técnica da prova que com toda a sua vasta equipa planeou e implementou de forma muito profissional um dos eventos desportivos mais importantes da Região Autónoma dos Açores.

Personalidades como Artur Tavares, António d'Aguiar Machado, Albano Neto de Viveiros, Diniz Machado Faria e Maia, Leo Weitzembaur, Tenente Filipe Mendes Quinto, o Tenente Manuel Arsénio Pacheco Medeiros, Carlos Decq Mota, Mário Riley, Dr. Manuel Arruda, Dr. António Melo, Luís Cogumbreiro e o atual Presidente da Direção, Excelentíssimo Senhor Francisco Manuel Rosa Coelho, merecem ser aqui evocados pela sua grande dedicação e pelos seus prestimosos serviços ao Grupo Desportivo Comercial.

O Grupo Desportivo Comercial com o seu enorme prestígio e com a sua elevada qualidade de organização da sua prova principal de automobilismo, o “*SATA RALLY DOS AÇORES*”, tem sido de capital importância para a divulgação e promoção, nacional e internacional, da Região Autónoma dos Açores. As cinquenta edições desta prova deram sempre e continuam a garantir notoriedade ao Desporto Açoriano.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Grupo Desportivo Comercial pela excelente organização da 50ª edição do SATA

Rallye Açores e que se dê conhecimento ao GDC e à Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores

Horta, 18 de Junho de 2015

Os Deputados: *Ricardo Cabral, Bert Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Pedro Moura, André Rodrigues, Lúcio Rodrigues e Francisco César*

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

(\*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dar nota, como é óbvio, que o PSD associa-se a este voto e aproveito para comunicar que também temos um voto do mesmo teor a apresentar nesta Câmara.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se aos 25 anos do Grupo Desportivo da Feteira, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO**  
**25 ANOS DO GRUPO DESPORTIVO DA FETEIRA**

Fundado a 20 de Abril de 1990 o Grupo Desportivo da Feteira está a assinalar as suas bodas de prata.

O trabalho desenvolvido pelo Centro de Cultura e Desporto da Casa do Povo da Feteira e mais tarde pelo Centro de Cultura do Grupo Desportivo da Feteira galvanizaram e incentivaram o aparecimento do Grupo Desportivo da Feteira, que se filiou na Associação de Futebol da Horta em 1993.

O Clube edificou o seu campo, os seus balneários e a sua sede nas Canadinhas, na Freguesia da Feteira, em terrenos cedidos pelo Município da Horta, obras que foram inauguradas a 15 de Novembro de 1992.

Em 27 de Setembro de 2005 o Clube adquiriu o estatuto de Instituição de Utilidade Pública.

Ao longo destes vinte e cinco de vida muitas foram as modalidades desportivas desenvolvidas por este Clube, tais como: futebol, basquetebol, andebol, atletismo, vela de cruzeiro, motonáutica, voleibol, futsal e ciclismo. Esta última é atualmente a única modalidade desenvolvida no Clube, com grande dinamismo que conta com mais de cinquenta atletas federados e com bons resultados desportivos.

A equipa sénior de futsal feminino do Grupo Desportivo da Feteira conquistou o título de campeão da Associação de Futebol da Horta nas duas épocas desportivas anteriores.

O Grupo Desportivo da Feteira tem tido um papel importante na promoção e formação desportiva e humana de muitas crianças e jovens e tem dado um contributo positivo para o desenvolvimento da freguesia da Feteira e da ilha do Faial.

No contexto das suas bodas de prata é da mais elementar justiça que se reconheça o papel desta Instituição e que se preste uma merecida homenagem a todos os seus sócios fundadores e todos os que ao longo destes anos colaboraram, nos mais diversos domínios, com o Grupo Desportivo da Feteira. Assim os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos vinte e cinco anos do Grupo Desportivo da Feteira.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento aos Órgãos Sociais do Grupo Desportiva da Feteira, ao Município da Horta, à Junta e Assembleia de Freguesia da Feteira, à Associação de Futebol da Horta e à Associação de Ciclismo dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Junho de 2015

Os Deputados Regionais: *António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Jorge Costa Pereira e Luís Garcia*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(\*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vinte e cinco anos de vida comemora o Grupo Desportivo da Feteira. Ao longo desses 25 anos, muito tem sido desenvolvido por este clube nesta freguesia limítrofe à cidade, nas várias modalidades, e, como o voto o descreve, nos últimos anos, mais concretamente na área do ciclismo.

Aquilo que o Grupo Desportivo da Feteira tem feito, ao longo desses anos, nomeadamente na formação, no desporto feminino, permite-nos dizer que 25 anos são apenas o início e que, com certeza, virão muitos mais.

Sendo assim, naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a esse voto.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se à bicampeã nacional de mega salto, Mainara Rodrigues, é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

*(Neste momento, o Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)*

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **Mainara Rodrigues, bicampeã nacional de MegaSalto**

A jovem atleta Mainara Edelgidia da Silva Rodrigues, aluna da Escola Básica e Secundária da Graciosa, revalidou, no passado dia 30 de maio, na cidade de Elvas, o título de campeã nacional na prova de MegaSalto escolar igualando, assim, a melhor marca obtida em fases finais, com 4 metros e 77 centímetros.

Mainara Rodrigues, que integrou com David Sebag e Elsa Soares a comitiva açoriana, chefiada pelos professores Rui Soares e Manuela Sousa, foi também

sétima classificada no MegaSprinter, prova de 40 metros, com o tempo de 6 segundos e 13 décimas.

As provas conquistadas, quer a nível regional, quer nacional é algo a que esta atleta nos tem vindo a habituar ao longo dos últimos anos e que muito orgulha os graciosenses, e em particular todos os jovens da ilha. É também, por outro lado, uma injeção de motivação em todos aqueles que participam nestas provas escolares e que ambicionam, um dia, igualar os seus feitos.

Na Região Autónoma dos Açores, no presente ano letivo, a edição das provas de MegaSalto e MegaSprinter contou com a participação de 5.295 atletas, dos quais 4.298 na Fase de Escola, 926 na Fase de Ilha, 68 na Fase Regional e 3 na Fase Nacional, em representação de 31 escolas da Região.

Este projeto visa, entre outros objetivos, a deteção de jovens com capacidade ao nível da velocidade, já que esta é uma capacidade motora transversal à grande maioria das modalidades desportivas, aumentar a oferta de atividade física desportiva em meio escolar e apurar os representantes da Região Autónoma dos Açores no MegaSalto Nacional.

A prova nacional do MegaSalto é uma iniciativa do Desporto Escolar Nacional, em colaboração com a Federação Portuguesa de Atletismo, à qual a Direção Regional do Desporto, no âmbito das atividades do Desporto Escolar, se associa, com as adaptações ao regulamento julgadas convenientes, em função da realidade geográfica da Região.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de junho de 2015, emita o seguinte voto de congratulação: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula a jovem Mainara Edelgídia da Silva Rodrigues, e os seus professores, pela conquista do título de bicampeã nacional, nas provas do MegaSalto escolar, em representação da Escola Básica e Secundária da

Graciosa.”Do presente voto deve ser dado conhecimento à atleta, à Federação Portuguesa de Atletismo, Direção Regional do Desporto, Escola Básica e Secundária da Graciosa, Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, sala das sessões, 17 de junho de 2015

Os Deputados: *Ricardo Ramalho, Berto Messias, José Ávial, André Rodrigues e Lúcio Rodrigues*

**Deputado José Ávila (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Sendo assim, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação também se refere à campeã nacional de mega salto, Mainara Rodrigues. Este é apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos.

**Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD):**

### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Mainara Rodrigues, aluna da Escola Básica e Secundária da Ilha Graciosa, revalidou em Elvas, a 29 de Maio de 2015, o título de campeã nacional de Mega

Salto no escalão de infantis B, igualando a melhor marca obtida em fases finais com 4.77 metros.

A jovem Mainara Rodrigues, que integrou com David Sebag e Elsa Soares a comitiva açoriana, chefiada pelos professores Rui Soares e Manuela Sousa, foi também sétima classificada no Mega Sprinter, prova de 40 metros com o tempo de 6.13 segundos.

Esta jovem atleta possui já um curriculum de prestígio.

Em 2013, sagrou-se campeã regional no Mega Salto na categoria de infantis A femininos. Em 2014, sagrou-se campeã regional na prova de Mega Salto escolar, com a marca de 4 metros e 58 cm no mesmo escalão.

Apesar de ser uma atleta ainda jovem, revela uma postura responsável e solidária, constituindo motivo de orgulho para a Escola Básica e Secundária da Graciosa, bem como para toda a Ilha e mesmo para os Açores em Geral.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação à jovem Mainara Rodrigues, pela conquista do título nacional de Mega Salto no Escalão de infantis B, em representação da Escola Básica e Secundária da Ilha Graciosa.

Mais delibera dar conhecimento formal à própria atleta, aos seus professores e à sua escola.

Horta, 16 de junho de 2015

Os Deputados Regionais: *António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo, Valdemiro Vasconcelos e João Bruto da Costa*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

*(Neste momento, o Deputado Valdemiro Vasconcelos reocupou o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande e é apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):**

### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Há já 140 anos que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande se dedica ao serviço à comunidade, com a dignidade e nobreza que exige a máxima “Vida por Vida”. Os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande são hoje, e desde há muito tempo, espelho de um contínuo esforço de preparação e profunda dedicação à causa, refletindo-se nas suas excelentes prestações ao longo das suas contínuas participações de sucesso nos Concursos Nacionais e Internacionais de Manobras.

Realizados pela primeira vez em 1981, os Concursos Nacionais de Manobras foram criados com o intuito de manter as capacidades físicas dos soldados da paz e testar a sua destreza e técnica, objetivos que, ao longo do tempo, passaram naturalmente a incluir a sensibilização dos mais novos para esta forma tão nobre de voluntariado. Este concurso nacional inclui provas de agilidade,

velocidade, destreza e espírito de equipa, fatores essenciais a um desempenho eficaz e em segurança nas situações de elevado risco a que os bombeiros amiúde são expostos.

Pela primeira vez, este Concurso foi realizado nos Açores, com grande sucesso, no passado fim-de-semana, louvando-se o esforço conjunto da Liga dos Bombeiros Portugueses, do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e do Governo Regional de trazer à Região um evento que mobiliza centenas de participantes de todo o país.

Os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande participam quase ininterruptamente nesta competição há 29 anos, sendo frequentes as medalhas conseguidas, facto que reflete a excelência da sua preparação e a atenção e minúcia que a esta é dedicada. Do palmarés desta corporação constam 30 medalhas de ouro e 8 de prata nas competições de manobras nacionais, nas mais diversas categorias.

Sendo assim, a equipa feminina da Associação de Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande sagrou-se campeã em 2015, pela primeira vez, do Concurso Nacional de Manobras, revelando-se a mais eficaz a nível da destreza manual, da velocidade e do espírito de equipa e interajuda. Na vertente masculina, foi atingido um também honroso segundo lugar.

Com um trabalho que a todos é claro, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande eleva, de forma contínua, a dedicação à máxima “Vida por Vida”, dignificando aquela que é uma causa que a todos toca.

Nos termos regimentais estatutários, o Partido Socialista apresenta, deste modo, voto de congratulação pela conquista dos lugares cimeiros no Concurso Nacional de Manobras, pelas equipas feminina e masculina de manobras dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

Que deste voto seja dado conhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, à Câmara Municipal da Ribeira

Grande, à Assembleia Municipal da Ribeira Grande, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e à Liga dos Bombeiros Portugueses.

Sala das Sessões, Horta, 17 de junho de 2015

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: *Marta Couto, Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Francisco César, Manuel Pereira e Catarina Moniz Furtado*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se, com muito gosto, a este voto de congratulação apresentado pela bancada do Partido Socialista quanto à prestação brilhante da equipa feminina dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande no concurso nacional de manobras, realizado no último fim de semana, em Ponta Delgada.

Esta prestação feminina, pela primeira vez bem sucedida de uma representação de bombeiros dos Açores, nestes concursos nacionais, vem, aliás, na senda daquilo que têm sido as participações brilhantes daquela associação humanitária de bombeiros, que, desde 1986, ininterruptamente, tem vindo a participar nos concursos nacionais, sendo que, ainda no último ano, há precisamente um ano, no Seixal, as equipas de seniores A e de cadetes obtiveram ali brilhantes vitórias no concurso nacional.

Portanto, com muito gosto, associamo-nos a este voto de congratulação, que faz justiça em relação ao brilhante trabalho que aquela associação desenvolve, aliás, a exemplo de muitas outras em todas as nossas ilhas, sendo prova de que estão preparados, com um trabalho empenhado e dedicado, tanto dos Bombeiros Voluntários, como das respetivas direções, em prol da segurança e defesa das nossas comunidades.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto, apesar de ser de saudação, mas considerando que é sobre o mesmo tema, ou seja, os concursos nacionais de manobras, 2015, será, então, agora apresentado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

### **VOTO DE SAUDAÇÃO**

#### **Concursos Nacionais de Manobras 2015**

A cidade de Ponta Delgada acolheu a 12 e 13 de junho os Concursos Nacionais de Manobras 2015 – 34º de bombeiros e 33º de cadetes.

Pela primeira vez a Região Autónoma dos Açores recebeu este evento organizado pela Liga dos Bombeiros Portugueses e que na edição deste ano contou com o apoio do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada.

Em competição estiveram mais de 400 bombeiros, divididos por 33 equipas, de 21 associações e corpos de bombeiros voluntários e profissionais, representantes de oito distritos do continente e da Região Autónoma dos Açores. A representação açoriana esteve a cargo de seis equipas das associações humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e da Ribeira Grande, registando esta última, desde 1986, diversos triunfos na

participação nos concursos nacionais de manobras, facto que lhe conferiu o direito de representar Portugal em certames mundiais da especialidade, na categoria de voluntários, classe A.

As provas de destreza manual, velocidade e espírito de equipa e interajuda decorreram no Complexo Desportivo das Laranjeiras e além do convívio e troca de experiências, que proporcionaram às cinco equipas profissionais, 15 de voluntários e 13 de cadetes, constituíram uma importante jornada de promoção e divulgação das potencialidades turísticas dos Açores. Acima de tudo tratou-se de uma jornada de afirmação da competência e altruísmo que os bombeiros profissionais e voluntários colocam na sua ação em benefício das comunidades que servem.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Saudação à realização dos concursos nacionais de manobras 2015 em Ponta Delgada.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Liga dos Bombeiros Portuguesa, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2015

Os Deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Joaquim Machado, Bruno Belo e Luís Garcia*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se à passagem dos 25 anos do Lions Clube de Vila Franca do Campo, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

**Deputado José Andrade (PSD):**

### **Voto de Congratulação**

#### **25 anos do Lions Clube de Vila Franca do Campo**

O Movimento Lionístico é a maior organização mundial de clubes cívicos de serviço voluntário. Conta mais de 1,3 milhões de sócios em 46.000 clubes distribuídos por 209 países e regiões. E contribui, todos os anos, com mais de 700 milhões de dólares para projetos humanitários em todo o mundo.

Começou em Chicago, no ano de 1917, corporizando o ideal solidário do empresário norte-americano Melvin Jones. Chegou a Portugal três décadas depois, com a fundação do Lions Cube de Lisboa em 1953. E chegou aos Açores duas décadas depois, com a fundação do Lions Clube de São Miguel em 1979.

Conta hoje com mais oito clubes em quatro ilhas, mobilizando quase 300 companheiros para as causas sociais de âmbito local: Maia, Vila do Porto, Vila Franca do Campo, Nordeste, Lagoa, Terceira, Flores e Rabo de Peixe.

Este ano, em fevereiro, o Lions Clube de Vila do Porto completou 25 anos e foi por isso devidamente saudado pelo Parlamento dos Açores.

Este mês, no dia 14, o Lions Clube de Vila Franca do Campo comemorou igualmente as suas “Bodas de Prata”.

Foi fundado em junho de 1990, por um grupo de 17 vilafranquenses, apadrinhado pelo Lions Clube de São Miguel através de Luís Neto Viveiros e João Gago da Câmara.

Desde o primeiro presidente Jaime Pacheco até à presidente atual Paula Vieira, os 30 sócios do Lions Clube de Vila Franca do Campo prestam relevantes serviços sociais à sua comunidade – na Festa das Vindimas ou na Festa do Doente, na recolha de dádivas de sangue ou na distribuição de cabazes solidários, no empréstimo de equipamentos de saúde ou no diagnóstico à visão de todos os alunos do primeiro ciclo do concelho.

O Clube de Vila Franca assume e prestigia um lugar próprio no mapa lionístico da solidariedade global.

Por cada criança acompanhada, por cada doente apoiado, por cada família acudida, demonstra, afinal, que uma grande caminhada se percorre passo a passo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelos 25 anos de serviço solidário do Lions Clube de Vila Franca do Campo**, do qual deve ser dado conhecimento formal ao próprio Clube e ao Governador do Distrito 115 Centro Sul dos Lions Clube de Portugal, Américo Marques, que se deslocou aos Açores para participar nesta comemoração.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2015

Os Deputados Regionais: *António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, José Andrade e Luís Garcia*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Cecília Pavão, tem a palavra.

(\*) **Deputada Cecília Pavão (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Socialista associa-se com gosto a este voto, mas gostaríamos de fazer uma pequena precisão.

No passado dia 14, não no dia 15, iniciaram-se as festividades das Bodas de Prata e o aniversário, ou seja, a data da fundação é no dia 26 de junho, pelo que este grupo fará o seu voto de congratulação em tempo oportuno.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se ao campeão nacional da liga feminina de basquetebol, Clube União Sportiva, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

*(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e José Andrade)*

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):**

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **Clube União Sportiva: Campeão nacional da liga feminina de Basquetebol**

A Associação Sportiva dos Empregados do Comercio foi fundada a 1 de Janeiro de 1921, um ano após a sua fundação altera a sua designação, em Assembleia Geral, para Clube União Sportiva. A vestir de verde e branco, é uma das mais antigas filiais do Sporting Clube de Portugal, conquistando ao longo dos seus 94 anos de existência a simpatia do público micaelense e açoriano.

Sendo a modalidade de Hóquei em Patins com maior destaque naquela agremiação, com altos e baixos, como em qualquer associação recreativa,

cultural ou desportiva, em 1985 é vítima de um violento incêndio destruindo por completo a sua sede, então situada na rua de Lisboa.

Já no novo milénio, a União Sportiva surge com uma nova dinâmica, nomeadamente com uma forte aposta no Basquetebol, com principal destaque para os seus escalões de formação, quer femininos quer masculinos.

E foi precisamente no passado dia 26 de Abril, que a equipa de seniores femininas do Clube União Sportiva sagrou-se campeã nacional da Liga Feminina de Basquetebol, trazendo um dos mais prestigiados títulos da modalidade para os Açores.

É com muito esforço, dedicação e empenho, quer das atletas da União Sportiva, quer do Técnico açoriano Ricardo Botelho, bem como dos seus dirigentes, na pessoa do seu Presidente Sérgio Santos, que foi possível ao clube conquistar o título na mais importante prova de basquetebol feminina do país.

Este sucesso alcançado deve ser visto como um incentivo e um estímulo para outros clubes da nossa Região, nas mais diversas modalidades desportivas.

Desta forma, com a conquista deste título por parte da União Sportiva, mais um marco positivo na história do desporto açoriano foi alcançado.

Devemos assim evidenciar a necessidade de confiar nos nossos atletas, técnicos e dirigentes, e nas suas capacidades para alcançar excelentes resultados no desporto nacional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe a aprovação de um voto de congratulação ao Clube União Sportiva pela conquista do título de Campeã Nacional de Basquetebol Feminino.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube União Sportiva, às atletas do Clube União Sportiva, à Associação de Basquetebol de São Miguel e à Federação Portuguesa de Basquetebol.

Horta, sala das sessões, 17 de Junho de 2015

Os Deputados: *António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo, Cláudio Almeida e Paulo Parece*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Só!?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também se associa a este voto (aliás, no Plenário passado, também fizemos aprovar um voto idêntico), não só porque é, de facto, um orgulho para a região haver prémios, como também, dizia o pai dos Jogos Olímpicos, Pierre Coubertin, que para além de vencer, também se participa. E nos Açores, felizmente, participa-se muito. O número de atletas federados nos Açores é o mais alto do país, em termos percentuais, mais de 23 mil atletas federados. A taxa de participação absoluta desportiva nos Açores atinge já os 10%, no país 4%, cerca de 5%, melhor dizendo, e na Madeira 6%. Portanto, há aqui um movimento que também, em termos associativos e desportivos, é importante para a Região Autónoma dos Açores, porque estas são as verdadeiras escolas de valores, de princípios e também, porque não dizer, de saúde e de diminuição de taxas de mortalidade e de morbilidade.

É também de assinalar que, nos Açores, a taxa de participação feminina já atinge os 30%, e isso significa que há aqui uma evolução muito positiva que, neste momento, urge centrar o nosso voto, como o PSD também fez, no Clube União Desportiva por mais este sucesso e também, naturalmente, para além das pessoas que são invocadas no voto, cumprimentar e congratular também o coordenador técnico e o presidente do clube.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD e refere-se a Simone Martins e Paulo Nóbrega enquanto campeões nacionais de apneia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

#### **Simone Martins e Paulo Nóbrega - Campeões nacionais de apneia**

Decorreu nos passados dias 5 e 6 de Junho, na cidade da Horta, o Campeonato Nacional Indoor de Apneia.

Este foi o primeiro campeonato desta modalidade organizado nos Açores e, neste caso, pelo Clube Naval da Horta, com a colaboração da Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas.

Para além desta organização, é ainda motivo de congratulação as classificações obtidas pelos atletas do Clube Naval da Horta, nomeadamente, Simone Martins e Paulo Nóbrega.

A atleta Simone Martins sagrou-se campeã nacional ao vencer as três provas relativas às disciplinas de Apneia Estática, Apneia Dinâmica sem Barbatanas e Dinâmica com Barbatanas. Na prova de Apneia Dinâmica sem Barbatanas conseguiu mesmo estabelecer um novo recorde nacional ao percorrer 85 metros. Em masculinos, o atleta de referência na modalidade, Paulo Nóbrega, voltou a sagrar-se campeão nacional ao vencer a prova de Apneia Dinâmica com

Barbatanas, com a marca de 135 metros, juntando mais este título ao seu vasto currículo desportivo.

Assim os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos títulos de campeão nacional obtidos pelos atletas do Clube Naval da Horta, Simone Martins e Paulo Nóbrega, no Campeonato Nacional Indoor de Apneia, realizado na cidade da Horta.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento aos atletas Simone Martins e Paulo Nóbrega, ao Clube Naval da Horta, à Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas e à Câmara e Assembleia Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Junho de 2015

Os Deputados Regionais: *António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Jorge Costa Pereira*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(\*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É conhecido por todos, quer no panorama regional, quer mesmo no panorama nacional, a dinâmica que a secção de apneia do Clube Naval da Horta tem tido ao longo dos anos, impulsionada, naturalmente, quer pelo Paulo Nóbrega, quer pela Simone Martins.

Revalidaram os seus títulos de campeões nacionais neste campeonato nacional que decorreu aqui na cidade da Horta, mas permitam-me que destaque aqui também todo o trabalho realizado por essa secção, nomeadamente nos últimos dois anos, no impulsionar da formação de novos praticantes de apneia, que, por sua vez, se reflete nos resultados obtidos.

É também de destacar nesta secção uma atividade ao ar livre, também na área da apneia, que se chama “Rumo ao abismo”, que se irá realizar, penso que na próxima edição da Semana do Mar, que também fica demonstrado aqui aquilo que é a dinâmica dessa secção.

Por tudo isto, naturalmente que o Grupo Parlamentar do PS se associa a este voto.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se à prestação das equipas açorianas no concurso nacional CanSat, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):**

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### Prestação das equipas açorianas no concurso nacional CanSat

Realizou-se nos dias 2 e 3 de Maio a final do CanSat Portugal 2015 que desafiava alunos do ensino secundário de todo o país a projetar e construir um modelo funcional de um micro-satélite (CanSat) cujos sistemas base (antena, bateria e sensores) terão de estar integrados num volume equivalente ao de uma lata de refrigerante.

“O CanSat Portugal é um projeto educativo da Agencia Espacial Europeia (ESA), organizado em Portugal pelo Centro AeroEspaço do Aeroclube de

Torres Vedras em cooperação com a Ciência Viva- Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, com o objetivo de proporcionar aos estudantes Portugueses a primeira experiência em projetos relacionados com a tecnologia aeroespacial”.

A prova teve uma primeira fase que reuniu várias equipas das escolas dos Açores, na ilha de Santa Maria, sendo eleitos os três melhores projetos para representarem os Açores numa segunda fase a nível nacional, com equipas apuradas de entre outras regiões do país.

Das equipas açorianas a participar na fase nacional, destaca-se as equipas “AeroSpace Team”, da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, a “ENTA Team Sat” da Escola de Novas Tecnologias dos Açores e a “ESAQ Space Sat” da Escola Antero de Quental.

As três equipas dos Açores alcançaram de uma forma notável os três primeiros lugares do pódio nacional. Ficando em primeiro lugar a equipa “AeroSpace Team” da Escola Básica e Secundária de Santa Maria.

A “AeroSpace Team” representará Portugal na final europeia do CanSat, a realizar em Torres Vedras nos próximos dias 25 a 28 de Julho, onde irá competir com equipas de toda a Europa.

Deve esta participação de jovens açorianos ser vista como um impulso à concretização de projetos empreendedores na área das novas tecnologias nos Açores, bem como um incentivo, por parte dos mais jovens, para o desenvolvimento de projetos e ideias, na procura de novas áreas tecnológicas.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe a aprovação de um voto de congratulação às equipas açorianas que participaram na final nacional do concurso CanSat.

Do teor deste voto deve ser dado conhecimento a todas as Escolas da Região Autónoma dos Açores, às equipas açorianas participantes no concurso nacional

do CanSat, à Agencia Espacial Europeia (ESA), ao Centro AeroEspaço do Aeroclube de Torres Vedras e à Ciência Viva- Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Junho de 2015

Os Deputados: *António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo, Cláudio Almeida e Paulo Parece*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(\* **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, como é óbvio, a este voto de congratulação sobre a prestação das equipas açorianas no concurso nacional CanSat, apresentado pelo PSD. Aliás, já no Plenário anterior, portanto, no mês passado, esta bancada tinha apresentado um voto de congratulação do mesmo teor.

Os concursos CanSat, de facto, são um projeto educativo extremamente importante, válido, que tiveram a sua origem na Escola de Santa Maria, pela iniciativa de dois dos seus professores e que nós esperemos que tenha continuidade porque, de facto, tem um impacto muito positivo na comunidade estudantil.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD e refere-se à distribuição das emissões da RTP-Açores nos operadores nacionais de distribuição de televisão por cabo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **Distribuição das emissões da RTP/Açores nos operadores nacionais de distribuição de televisão por cabo**

A 10 de Agosto de 1975 sete ilhas dos Açores viram pela primeira vez entrar em suas casas imagens televisivas. Era o início das emissões regulares da RTP.

As maravilhas da tecnologia mais desejada no arquipélago chegavam nas vésperas da consagração constitucional da nossa Autonomia e trouxeram consigo profundas mudanças no dia-a-dia insular. A configuração das salas e outras divisões das casas foi alterada, abrindo espaço para a pequena caixa que mudou o mundo, e muitos eventos, incluindo até os ofícios religiosos, passaram a sujeitar-se ao horário televisivo.

As emissões de terça-feira a domingo, sim, porque segunda-feira era dia de folga na RTP/Açores, a preto e branco, foram-se dissipando por freguesias e lugares de Santa Maria ao Faial, sem transmissões diretas, com a atualidade das reportagens regionais e nacionais condicionada às ligações aéreas e ao estado do tempo.

Em 1979 iniciaram-se as transmissões por satélite entre Lisboa e os Açores, facto que revolucionou a atualidade informativa e o acesso em tempo real a eventos desportivos e de entretenimento com cobertura televisiva.

No ano seguinte, precisamente no dia do seu quinto aniversário, outra maravilha se

operava com o início das emissões a cores, cinco meses antes também inauguradas no resto do país.

Simultaneamente com tudo isto a RTP/Açores prestava um relevante serviço à rede educativa da Região com a emissão da telescola, único meio para garantir em todos os lugares o acesso às aulas do ciclo preparatório, como então se designava o 2º ciclo, e para o qual se iam construindo as correspondentes escolas, bem como às aulas do chamado ano propedêutico que precedia o ingresso no ensino superior. A orografia e a dispersão das nossas ilhas dificultava a distribuição do sinal televisivo, sempre e cada vez mais justamente reclamado pelos açorianos. Ao investimento que a República timidamente fazia neste domínio juntava-se a cooperação regional, empreendida por sucessivos governos regionais. E foi precisamente esse esforço financeiro, suportado pelo orçamento regional, que permitiu levar definitivamente o sinal televisivo às ilhas das Flores e do Corvo em dezembro de 1988, passados mais de 13 anos sobre o início das emissões. O arrojo da obra e da tecnologia implicada – então o sexto maior feixe hertziano com linha de vista sobre o mar, ligando o Cabeço Gordo, no Faial, ao Morro Alto, nas Flores – pôs finalmente a televisão em todas ilhas. E lá continuaram outros trabalhos de microcobertura para contornar obstáculos próprios da nossa condição insular, sem esquecer a vertente de proteção civil que esses mesmos equipamentos e meios representavam à época.

Antes do advento da televisão por cabo, em 1992, um dos primeiros espaços do país, a par da Região Autónoma da Madeira, a dispor dessa tecnologia de transporte e difusão do sinal televisivo, já a RTP/Açores disputava audiências com muitos canais estrangeiros, cada vez mais disponíveis para receção através de antenas parabólicas domésticas.

Entretanto a paisagem audiovisual alterou-se radicalmente em Portugal, com o surgimento de novos operadores, agora privados, e um pouco por toda a parte, com a profusão de canais regionais e temáticos, mercê de novas plataformas, tecnologicamente eficientes e de muito baixo custo.

Ao longo de todo este tempo a RTP/Açores soube adaptar-se às novas circunstâncias, sem perder a sua essência, a sua razão de ser, trazer o mundo às ilhas e levar os Açores ao mundo, este último desígnio, aliás, parcialmente em curso há mais de duas dezenas de anos através da inclusão de conteúdos nas emissões da RTP/Internacional e do envio de programas de informação para estações locais nos Estados Unidos e Canadá, onde se concentram muitos açorianos e seus descendentes.

Toda essa tarefa não é fácil, sabemos, sobretudo em razão dos recursos humanos e financeiros, uns e outros, todavia, sempre exíguos face às obrigações e solicitações das populações que serve.

Conciliar a sua responsabilidade social, cultural e política com os meios disponíveis, a par das incompreensões muitas vezes recorrentes das respetivas administrações e do acionista, tem sido o grande desafio das sucessivas direções do centro regional dos Açores da RTP.

Sensivelmente há uma década outro repto foi lançado à RTP/Açores, originário da Região e da sua diáspora espalhada pelo território nacional continental: a integração das respetivas emissões nos principais distribuidores portugueses de televisão por cabo. Às implicações técnicas e financeiras do problema associavam-se desafios editoriais, que certamente suscitaram todo o empenhamento e a competência profissional dos trabalhadores da RTP/Açores.

Finalmente, no passado dia 8 de maio, em plenas festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que tanto significam para os açorianos, deu-se o corolário das diligências feitas anos a fio por sucessivas direções, com a integração das emissões da RTP/Açores nos distribuidores nacionais de televisão por cabo – um verdadeiro presente de aniversário quando a empresa se prepara para completar 40 anos da atividade nos Açores.

A partir desta data cumpre-se mais um dos desígnios das emissões regionais, levar a realidade social, cultural e política das nossas ilhas a onde estiver um açoriano.

É por tudo isto que, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo

Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pela inclusão das emissões da RTP/Açores nos operadores nacionais de distribuição por cabo.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção do Centro Regional dos Açores da RTP, ao Conselho de Administração, ao Conselho de Opinião e ao Conselho Geral Independente da RTP, SA.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2015

Os Deputados: *António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo, Joaquim Machado e José Andrade*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação do PSD relativo à distribuição na rede por cabo nacional da emissão da RTP-Açores e fá-lo sobretudo por três motivos.

Por um lado, por reconhecer a relevância deste facto para a região e para a projeção da imagem da região no plano nacional. Por outro lado, por se tratar de uma aspiração (que nós sabemos) antiga da empresa a nível regional - dos seus colaboradores e de alguns dos seus responsáveis, ao longo dos anos. E, em último lugar, e não menos importante, por se tratar, segundo me consigo lembrar, do único compromisso de uma direção da RTP-Açores cumprido nos últimos anos ao contrário de outros que, infelizmente, nunca chegaram a ser concretizados.

Há um outro aspeto que o texto do voto do Partido Social Democrata destaca e salienta - no caso em concreto a propósito da possibilidade do sinal ser alargado a todas as ilhas dos Açores (o sinal de emissão da RTP, em 1988), mas que nós

sabemos que se tornou uma constante e tem sido muito relevante para a vida da RTP-Açores, pelo que que nunca é demais ressaltar e que diz respeito à participação dos poderes regionais, do ponto de vista financeiro e do ponto de vista técnico, na vida da RTP nos Açores, substituindo muitas vezes as responsabilidades de outros e possibilitando desta forma que a RTP progrida em termos técnicos, dê passos substanciais na região no que diz respeito às condições, qualidade e abrangência da sua emissão, e isso, se não fosse o esforço regional, não teria sido muitas vezes possível, ao longo da história.

Como também mencionou o Sr. Deputado Joaquim Machado, a RTP está próxima, em agosto que vem, de celebrar 40 anos de atividade. Pois, 40 anos de serviço à região, à sua coesão, ao seu desenvolvimento, à sua projeção externa, é uma data que implica necessariamente uma celebração, é uma altura de regozijo, mas é também uma altura de balanço e de fazer pensar que foram quatro décadas muitas vezes de incompreensões, de incúria, de desrespeito, de desinteresse, de falta de conhecimento e de valorização do que aqui se faz no universo RTP e pelas várias tutelas nacionais que tiveram a seu cargo a gestão da RTP.

Portanto, desta forma, parece-nos também esta uma altura ideal para dizer que a RTP-Açores, nos seus 40 anos, precisa de renascer, precisa de ganhar nova força, precisa de ver resolvidos os seus problemas essenciais, e esses passam por um empenhamento político e também de gestão dos poderes nacionais, garantindo aquilo que é fundamental nesta altura e que é um reforço da capacidade em recursos humanos, em meios técnicos e em autonomia de gestão, para que a RTP-Açores possa encarar este novo ciclo a partir da celebração dos seus 40 anos.

Muito obrigado.

**Deputado José Ávila (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se à campeã nacional nas modalidades de lançamento de peso e lançamento de dardo, Liliana Sousa, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

**Deputado Paulo Parece (PSD):**

### **Voto de congratulação**

#### **Liliana Sousa – Campeã Nacional nas modalidades de Lançamento de Peso e Lançamento de Dardo**

Decorreram nos dias 9 e 10 de Maio, na **Pista do Centro de Estágio do Luso**, os **Campeonatos Nacionais Individuais por Escalões de Atletismo da ANDDI-Portugal** - Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual.

Estes Campeonatos foram realizados em parceria com provas da Associação Distrital de Atletismo de Coimbra e com o apoio da Câmara Municipal da Mealhada, tendo participado atletas de várias Instituições e Clubes de Norte a Sul do país e também atletas da Madeira e dos Açores.

A mariense Liliana Soares Sousa de 26 anos obteve os títulos de Campeã Nacional nas modalidades de Lançamento de Peso de 2 Kg com a marca de 8,16 metros e de Lançamento de dardo de 400 Gr. com a distância de 16,52 metros.

Liliana Sousa é utente do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto que integra um total de 21 utentes, todos eles praticantes de desporto incluído nas suas atividades, e até ao seu ingresso na instituição nunca havia praticado qualquer atividade desportiva.

A dedicação dos profissionais daquela instituição, orientados pelo Professor Nuno Costa, tem sido o incentivo necessário para estes atletas, que no plano regional tem obtido excelentes resultados.

A atleta campeã participou no passado mês de março na prova realizada na Terceira, onde alcançou o 1º lugar no Lançamento de peso, obtendo os mínimos e garantindo o acesso á participação na prova do Campeonato Nacional, tendo o seu treinador optado por a inscrever nas duas modalidades em que se sagrou campeã.

A Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual, é uma Instituição sem fins lucrativos, cuja principal atividade é o fomento e organização da prática de atividades desportivas de competição, para atletas nacionais portadores de deficiência mental ou incapacidade intelectual, a levar a efeito tanto em Portugal como no estrangeiro com o objetivo fundamental da sua plena reabilitação e integração na sociedade.

É, também, o Organismo Nacional responsável pelo desenvolvimento da prática do desporto para pessoas com deficiência mental e dificuldades de aprendizagem, de acordo com a orgânica da F.P.D.D. – Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

Os resultados alcançados serão, certamente, um estímulo para a continuação do magnífico trabalho realizado pelo Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto prosseguindo o objetivo primordial da plena integração dos seus utentes na comunidade mariense.

Estão por isso de parabéns, em primeiro lugar a Liliana, todos os utentes do CAO, os seus profissionais e o seu treinador.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe a aprovação do presente voto de congratulação pela obtenção dos títulos de Campeã Nacional nas modalidades de Lançamento de Peso e Lançamento de Dardo.

Que do mesmo seja dado conhecimento à atleta, à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto e ao seu treinador.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Junho de 2015

Os Deputados: *António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Paulo Parece e Bruno Belo*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(\*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É também com muito agrado, com gosto que a bancada do Partido Socialista se associa a este voto que vem na linha de um voto apresentado também por nós no último Plenário, embora um pouco mais abrangente, relativamente aos resultados obtidos por todos os atletas da região que participaram nestas provas. De facto, o trabalho desenvolvido pelas instituições, nomeadamente pela Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, demonstra também o contínuo melhoramento das condições físicas e humanas, essencialmente humanas, que essas instituições têm tido à sua disponibilidade para poderem fazer um trabalho muito profícuo a favor dos seus utentes.

E daí nós nos associamos com gosto a este voto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos fazer agora o nosso intervalo da manhã.

Regressamos a um quarto para o meio dia.

*Eram 11 horas e 17 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 11 horas e 58 minutos.*

Vamos continuar com a apresentação de votos.

O próximo é um voto de saudação referente aos 75 anos da empresa Foto Jovial Silva Machado e Filhos Lda., apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE SAUDAÇÃO**

#### **75º Aniversário da Empresa “Foto Jovial - Silva, Machado e Filhos, Lda.”**

A Foto Jovial foi fundada por Júlio Vitorino da Silveira a 1 de maio de 1940. Considerado um “artista em fotografia”, destacou-se na área da imagem fotográfica pela cobertura de eventos sociais e das paisagens naturais de diversas ilhas dos Açores e pela sua sensibilidade para a área cinematográfica.

“Belezas Panorâmicas” e “Margarida Amor Fiel” foram trabalhos por ele realizados e exibidos em várias ilhas e junto da Diáspora.

A II Guerra Mundial e as suas consequências dificultaram os primeiros passos da nova empresa pelo que o seu fundador, antes de emigrar para os Estados Unidos da América em 1952, vendeu-a a Henrique Silva.

A partir dessa altura, e progressivamente, a Foto Jovial foi ganhando um espaço cada vez mais importante no comércio da cidade da Horta. São referência indelével desse trajeto várias reportagens fotográficas de acontecimentos locais, nomeadamente do temporal que derrubou a muralha de defesa da cidade da Horta, o encalhe do navio grego Arquimedes, o desastre de um hidroavião americano, a célebre fotografia da cruz no cimo da montanha do Pico e, em 1957, a erupção do Vulcão dos Capelinhos.

Na década de 60, a Foto Jovial investiu em equipamentos modernos e em instalações e deu início à fotografia a cores, vertente que só veio a atingir elevada expressão após o 25 de Abril de 1974.

Em janeiro desse ano, a firma até aí de nome individual, constituiu-se em sociedade comercial, sob a designação de “Silva, Machado e Faria, Lda.”, correspondendo aos últimos nomes dos seus proprietários: Henrique Silva, José Machado e Alberto Faria.

Com o crescimento da economia e do consumo, a Empresa cresceu e consolidou-se, entrando numa nova época, com novos desafios e novas áreas de negócio, abrindo as secções de artesanato, pesca, artigos religiosos, material elétrico e de iluminação, eletrodomésticos, televisores, aparelhagens de som, ar condicionado e clube de vídeo.

A adaptação ao progresso e à rápida mudança impôs o investimento em novos equipamentos e tecnologias, particularmente na área da fotografia digital e na modernização dos espaços comerciais da empresa, apresentando atualmente

sete lojas de venda ao público, correspondendo às exigências do mercado e às necessidades dos clientes.

As mudanças também foram ocorrendo ao nível da sua composição societária. Em 2001, por aquisição da quota pertencente a Alberto Faria, a Foto Jovial passou a ser propriedade de Silva, Machado e Filhos Lda., entrando para a sociedade Rui Carlos Machado.

A partir de janeiro de 2015, e embora mantendo a mesma designação, os proprietários da Foto Jovial passam a ser os seguintes: Henrique Manuel Maciel da Silva, Líbia Maria Maciel da Silva Barcelos Gregório, José Rodrigues Soares Machado e Rui Carlos Stattmiller Saldanha Soares Machado.

A Foto Jovial tem sido, ao longo destes 75 anos, uma empresa que, fruto da sua dinâmica, proporcionou emprego a muitas pessoas, chegando a atingir 25 trabalhadores do quadro. Hoje possui 11 colaboradores efetivos.

A Foto Jovial conta com um vastíssimo arquivo fotográfico, desde eventos de cariz religioso, social, político, cultural, desportivo, entre toda uma panóplia de acontecimentos merecedores de reportagem fotográfica.

A nossa memória coletiva está preservada no espólio desta empresa que conta com cerca de 150 000 fotografias tiradas em estúdio, 4 000 registos fotográficos para vistos de emigração, bilhetes de identidade, entre outros para documentação diversa, 7 600 arquivos de casamentos, batizados, crismas e comunhões e 450 000 revelações de fotógrafos amadores.

A importância arquivística e o significado de todo este acervo eleva a Foto Jovial à condição de ser mais do que uma empresa vocacionada para a sua dimensão comercial, e torna-a num verdadeiro arquivo histórico-fotográfico sobre o Faial e sobre os Açores e ao serviço da comunidade que tem servido.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a

aprovação de um Voto de Saudação pelos 75 anos de atividade da empresa Foto Jovial.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento à empresa Foto Jovial, à Câmara de Comércio e Indústria da Horta e à Câmara e Assembleia Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Junho de 2015

Os Deputados Regionais: *António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Luís Garcia e Jorge Costa Pereira*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues. Tem a palavra.

(\* **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto e para informar a Câmara que amanhã o grupo parlamentar também irá apresentar um voto sobre o mesmo teor.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\* **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto, não só pela importância que a Foto Jovial teve para a economia do Faial, como pela forma como contribuiu para preservar a memória da nossa história recente, da história do Faial, da história da nossa sociedade e das nossas famílias. Quem é que não foi à Foto Jovial tirar a sua primeira foto para o bilhete de identidade, as fotos de família, portanto, esta...

Acho que todas as pessoas têm na sua casa uma fotografia onde diz Foto Jovial. E, portanto, nós, todos nós, os faialenses também vão contribuir para que a memória da Foto Jovial seja preservada no tempo.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de protesto, apresentado pelo CDS, contra a forma como foi feita a expropriação dos terrenos da bacia leiteira da Lagoa das Furnas.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE PROTESTO**

#### **Contra a forma como foi feita a expropriação dos terrenos da Bacia Leiteira da Lagoa das Furnas**

Devido ao processo de eutrofização da lagoa das Furnas, o governo regional decidiu, e bem, evitar que os terrenos anexos àquela bacia hidrográfica continuassem a ser utilizados no âmbito das atividades relacionados com a agropecuária, uma vez que está comprovado que esta atividade acelera o processo de eutrofização das lagoas.

Neste sentido, o governo iniciou um processo de expropriação dos terrenos conexos, os quais pertenciam a três famílias.

Dois dos proprietários chegaram a acordo com o governo, tendo vendido os seus terrenos ao governo e receberam uma indemnização no valor de 1000€ por alqueire.

A compra destes terrenos aos herdeiros de um dos proprietários, incluiu uma parcela de 96 alqueires, na qual não havia qualquer impedimento para atividade agropecuária, uma vez que não faziam fronteira com a lagoa.

Houve no entanto, um dos proprietários que nunca chegou a acordo com os sucessivos governos, tendo colocado sempre como condição a permuta de terrenos, tendo os anteriores governos sistematicamente negado esta possibilidade.

Estranhamente o processo de expropriação por utilidade pública não chegou a avançar, apesar dos impasses registados nas negociações entre o governo e o dito proprietário.

Inexplicavelmente o atual executivo regional resolveu ceder às exigências colocadas ao longo dos anos pelo proprietário com quem nunca se chegou a qualquer entendimento, tendo trocado as pastagens nas margens da Lagoa das Furnas, por outros terrenos, nos quais se incluíam os 96 alqueires expropriados aos outros proprietários envolvidos, e que são pastagens de excelente qualidade. É, no mínimo, digno de registo esta evolução que configura praticamente uma prática política à Robin dos Bosques! Expropriou-se a uns para dar a outros, prejudicando os que acederam a negociar com a Região – que deve ser pessoa de bem.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta de forma veemente pela forma discricionária e discriminatória com que o atual governo regional socialista conduziu o processo de expropriação dos terrenos envolventes à Lagoa das Furnas, tendo claramente prejudicado uns proprietários em relação a outros.

Que deste voto seja dado conhecimento aos agricultores da ilha de São Miguel, através da Associação Agrícola da Ilha de São Miguel.

Os Deputados: *Graça Silveira, Artur Lima e Ana Espínola*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores, desde há muitos anos, tem procurado introduzir medidas para combater a eutrofização das lagoas de São Miguel, particularmente da Lagoa das Furnas.

Neste caso, como sabem, aprovou-se um plano de ordenamento da bacia hidrográfica da Lagoa das Furnas que das várias medidas que estão escritas uma delas tem a ver com a criação de uma zona de proteção de terrenos que estão próximos da margem da lagoa e, conseqüentemente, terrenos nos quais a prática da agropecuária tem um efeito muito nocivo nas águas da lagoa e tem também conseqüências graves ao nível da eutrofização.

Portanto, a zona de proteção das margens da lagoa é, de facto, essencial para se combater a eutrofização e esses terrenos da área de proteção não pertenciam todos ao mesmo proprietário.

Ao longo dos anos, o Governo tem procurado adquirir esses terrenos, tendo investido vários milhões de euros para precisamente assegurar a titularidade de toda esta área.

Um dos proprietários só aceitou vender os terrenos que tinha dentro da zona de proteção desde que a região comprasse também os terrenos que esta pessoa detinha fora da zona de proteção. E foi isso que foi feito. Conseqüentemente o Governo Regional ficou com uma bolsa de terrenos que ficava fora da zona de proteção da lagoa.

E foi precisamente isso que aconteceu e que foi usado na aquisição dos últimos 60 hectares da zona de proteção. E, portanto, isso é que vale a pena destacar, aliás, o CDS-PP devia ter apresentado um voto de congratulação pelo facto...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!

**O Orador:** ... de, finalmente,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... a região ter a titularidade de toda a área envolvente à lagoa, que é fundamental reflorestar para proteger a lagoa...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Percebo agora porque foi o senhor a fazer essa intervenção!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e para combater a eutrofização, conforme também atestam diversos estudos e tem sido sempre esse o objetivo ao longo dos anos.

O acordo foi estabelecido e a região, como referi, neste momento, está em condições de poder avançar e avançar, como também já disse, e isso deverá acontecer em breve, o mais tardar no próximo ano, um plano de reflorestação de toda esta área e, conseqüentemente, passaremos a ter condições objetivas para podermos proteger as nossas lagoas...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está a correr mal! O senhor esforça-se!

**O Orador:** ... e particularmente essa lagoa.

E, portanto, o que se trata aqui é de um bom acordo, de uma boa medida que protege as lagoas e afirma o interesse público, que foi aquilo que nós sempre referimos.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E, portanto, a interpretação que o CDS-PP faz através deste voto é totalmente inconsistente, aliás, não houve expropriação, Sra. Deputada.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não houve expropriação?

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não houve, não!

**O Orador:** Existiram acordos, que é uma coisa muito diferente, e a reintrodução,...

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Não, não!

**O Orador:** ... se me deixarem concluir, a reintrodução da pecuária que a senhora tanto contesta é feita fora da zona de proteção, na tal bolsa de terrenos que o Governo tinha na sequência do acordo...

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito bem! Tem que fundamentar melhor os seus votos!

**O Orador:** ... que estabeleceu para poder completar a aquisição de todos os terrenos na zona de proteção da lagoa.

E, portanto, é isso que interessa.

Por isso, Sra. Deputada, a sua intervenção é uma intervenção que se baseia num juízo que é precipitado, que é errado e que é injusto e não tem fundamento. É um julgamento próprio do Xerife de Nottingham.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Renato Cordeiro.

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Não será do Xerife de Évora?

(\*) **Deputado Renato Cordeiro** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O meio rural da ilha de São Miguel...

**Deputado Berto Messias** (*PS*): É grande!

**O Orador:** ... caracteriza-se por algo que é o não haver a posse de terra. Vive-se, há muitos anos, uma situação de senhorios e rendeiros, situação esta que nem sempre é fácil e espera-se que quem nos governa guie esta relação no melhor sentido.

Não é isso que temos visto. Relembro aqui o que aconteceu desde que o Governo tomou conta da SINAGA: aumentou ainda mais o fosso entre rendeiros e senhorios. É um facto, ainda hoje as notícias mostram isso, com consequências gravosas à produção e desastrosas para a indústria.

A par disso, temos também uma ilha que é rica em lagoas, em cursos de água, onde o respeito pelo meio ambiente e a agricultura também tem que estar bem balizado, onde o Governo tem que ter esta sensibilidade e tem que incutir esta sensibilidade ao povo que governa. Espera-se isso.

Deste processo houve um proprietário que não quis ceder os seus terrenos. Entende-se bem porquê: os terrenos não valem só pelo valor monetário que têm. Prejudicou-se (esses, sim) muitos rendeiros, onde toda a sua vida estava nestas terras, pessoas essas que na altura engrossaram as fileiras da construção civil, que está no estado que nós todos bem sabemos. A hipótese de uma permuta não foi possível a estes rendeiros, mas a um proprietário e aí isto que o Sr. Deputado José San-Bento apregoa como uma grande medida, a compra desses 96 alqueires, pois uma boa medida seria entregar a quem na realidade vivia da terra e não a um proprietário só.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Os senhores têm uma noção peculiar de propriedade privada!

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Tirar aos pobres para dar aos ricos!

**O Orador**: Já que o Governo tinha uma bolsa de terrenos, era para estes rendeiros.

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Muito bem!

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito bem! Apoiado!

**O Orador**: Lamenta-se que este procedimento tenha prejudicado, sim, os que da terra precisam.

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tiraram aos pobres para dar aos ricos!

**O Orador:** Eu acho que isto tudo se resume numa frase: o Governo com isto mostrou que é forte com quem é fraco e é fraco com aqueles que são fortes.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

**Deputado Berto Messias (PS):** O que vem agora por aí abaixo!

**A Oradora:** Ainda não foi, vai ser, Sr. Deputado, se me permitir!

... Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começar por registar, com gosto, que ao contrário do que é habitual, o Governo Regional não protestou pelo facto...

**Deputado Francisco César (PS):** Ainda não acabou!

**A Oradora:** ... de haver um voto de protesto sobre uma matéria no qual se teria que pronunciar e não pode pronunciar-se. Registo com gosto e percebo bem por que é que o Governo Regional não o faz, é que o Governo já se pronunciou através do Sr. Diretor Regional do Ambiente e teria sido preferível que não tivesse dito nada.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Devia ter estado caladinho!

**A Oradora:** E, portanto, compreendo bem que queira continuar, de facto, calado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ora toma!

**A Oradora:** Pegando nas palavras do Sr. Deputado José San-Bento, vamos lá a ver então o que é que vale a pena destacar.

A primeira coisa que vale a pena destacar é que o Bloco de Esquerda associa-se com gosto a este voto de protesto do CDS, à sua oportunidade e sobretudo à clareza com que apresenta a situação e protesta contra ela. Aliás, o Bloco de Esquerda, no dia 2 de junho, entregou ou endereçou ao Governo Regional um requerimento no qual o questiona sobre os critérios deste tipo de processo de expropriação...

**Deputado José San-Bento (PS):** É sempre esse processo de insinuação!

**A Oradora:** ... dos tais terrenos das Furnas...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Não é expropriação!

**A Oradora:** ... e estamos calmamente à espera da resposta, até porque os 60 dias estão longe de ter passado, mas esta é uma razão acrescida para que o Bloco de Esquerda se associe a este voto de protesto.

Depois, importa também destacar que aquilo com que nós estamos confrontados é com uma clara e objetiva política de favorecimento.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Já cá faltava!

**A Oradora:** Não é só a política do Robin dos Bosques, é uma política de favorecimento objetiva,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Oh, senhora!

**A Oradora:** ... mas é sempre para os mesmos: favorecer os que mais têm em detrimento dos que menos têm.

**Deputado André Bradford (PS):** Vai acabar na Fajã do Calhau!

**A Oradora:** E, Sras. e Srs. Deputados, vou dizer-vos porquê. Por uma razão simples, só uma,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso é uma infâmia!

**A Oradora:** ... porque o tempo para comentar o voto não é muito, mas haveremos de encontrar maneira e uma figura regimental nesta Casa para clarificar com mais tempo toda a situação.

Digo apenas o seguinte.

**Deputado José San-Bento (PS):** E tem!

**A Oradora:** Os 600 alqueires expropriados aos rendeiros...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Para já, não se expropriam rendeiros. Expropriam-se proprietários!

**A Oradora:** ... foram pagos a 100 euros cada alqueire. Os mesmos 600 alqueires foram expropriados ao proprietário, o Engenheiro Braz da Altiprado, a 3000 euros o alqueire. Três mil euros! Ou seja, só este proprietário lucrou 2 milhões e meio de euros com a expropriação. A isto chama-se “totobolo” com o dinheiro do povo, Sras. e Srs. Deputados.

Finalmente, importa também realçar a contradição e a negligência do Governo Regional relativamente ao processo de eutrofização das nossas lagoas quando o Sr. Secretário Regional da tutela diz, no dia 20 de março de 2014, que “a Lagoa das Furnas ainda apresenta os parâmetros qualitativos que se adicionam muito longe devido ao volume da carga orgânica dos terrenos ou ainda esta constatação reclama um incremento de ações que diminuam, de uma forma efetiva, a afluência de nutrientes para a massa de água”.

Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, há vacas que são ecológicas, que são as vacas dos ricos e depois há vacas que são poluentes, que são as vacas dos mais pobres.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Tanta demagogia!

**A Oradora:** E por isso as vacas dos mais pobres e dos pequenos rendeiros têm que sair dos terrenos, porque estão a poluir a lagoa, mas as vacas da D<sup>a</sup>. Antonieta Câmara...

**Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros):** A senhora não sabe o que está dizendo!

**A Oradora:** ... podem lá continuar, nos mesmos terrenos que foram expropriados, porque não fazem mal nenhum à lagoa.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Estão fora da zona de proteção!

**A Oradora:** Não é protesto, Sra. Presidente, é indignação.

Muito obrigada.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Estão fora da zona de proteção!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

*(Diálogo entre os Deputados do PS, CDS-PP, BE e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, para continuarmos os nossos trabalhos é preciso que a Câmara se mantenha em silêncio.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu estou espantado com as revelações que foram feitas...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Mais há mais, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... a propósito da expropriação dos terrenos da bacia leiteira da Lagoa das Furnas ou então, como diz aqui a Sra. Secretária, os acordos.

Eu acho que os pormenores que aqui foram descritos são absolutamente inaceitáveis. Não pode ficar nenhuma dúvida sobre esta matéria e, de facto, não basta um requerimento, é necessário que estes dados sejam devidamente fiscalizados e estes...

**Deputado André Bradford (PS):** Faça-se uma comissão de inquérito!

**O Orador:** ... negócios sejam devidamente fiscalizados.

E, portanto, é evidente que eu, nesta matéria, também me quero associar ao proponente no sentido de encontrarmos os mecanismos para o cabal esclarecimento deste assunto, que é da maior gravidade.

Não pode de forma nenhuma ficar a ideia, nesta Câmara e na opinião pública, de que os interesses da região não foram defendidos no âmbito deste processo ou, ainda pior, que existiu um claro favorecimento de algumas pessoas.

E, portanto, nesse sentido, é óbvio que vamos ter que encontrar, em conjunto, aqueles que estão interessados em esclarecer esta situação, vamos ter que encontrar os mecanismos de esclarecimento destes negócios,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Estamos a tremer de medo!

**O Orador:** ... porque aquilo que aqui foi referenciado e que a intervenção do Partido Socialista, que foi uma intervenção generalista, de forma alguma contrariou, o que aqui foi apresentado, no âmbito desta discussão,...

**Deputado André Bradford (PS):** Não foi de forma alguma, foi totalmente!

**O Orador:** ... é algo que me deixa muito preocupado com todo este processo. E, de facto, é necessário um esclarecimento de toda esta matéria.

E, portanto, há a possibilidade, há várias possibilidades regimentais,...

**Deputado André Bradford (PS):** Nomeadamente?

**O Orador:** ... e, da parte do PPM, nós, juntamente com outros partidos, vamos encontrar uma forma de fiscalizar este processo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não sei se não me consegui explicar bem e corretamente em termos técnicos,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Explicou, explicou!

**A Oradora:** ... mas eu volto a ler o que eu disse: “Dois dos proprietários chegaram a acordo com o Governo, tendo vendido os seus terrenos e recebido uma indemnização no valor de 1000 euros”.

Em relação à expropriação, o que eu disse claramente foi: “Estranhamente, o processo de expropriação por utilidade pública não chegou a avançar, mesmo e apesar dos impasses registados nas negociações entre o Governo e o dito proprietário, que tinha esse mecanismo ao seu alcance, não o utilizou e decidiu ceder às exigências do último proprietário”.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Quem não ouviu foi a oposição!

**A Oradora:** E mais, Sr. Deputado, só mesmo quem não percebe nada de agricultura é que vai acreditar que um dos proprietários disse que para vender os terrenos anexos à lagoa, com inclinação e com menor apetência para pastoreio, os melhores terrenos, em cima, planos, de 96 alqueires, foram aqueles que ele fez questão absoluta de vender no pacote.

Portanto, o senhor pode dizer isso a quem quiser e será a sua palavra contra a palavra de quem vendeu, que se sente, hoje, ultrajado pelo facto de lhe terem sido comprados terrenos que não era necessário serem comprados, porque nesses ele podia continuar a ter a sua atividade agrícola e agropecuária e foram exatamente esses que foram dados em troca na exigência de permuta ao proprietário que nunca quis entrar em acordo com os senhores.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Vendeu livremente!

**Deputado José San-Bento** (*PS*): Ninguém o obrigou a vender!

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito bem!

**A Oradora:** E, portanto, essa conversa de que foi uma exigência do proprietário vender terrenos de excelente qualidade para pastoreio quando não tinha necessidade nenhuma para ainda a seguir vender a outro proprietário, só na boca do Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Os senhores vão votar contra?

**Presidente:** As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 17 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; e 1 do PPM.

**Presidente:** Passamos agora aos votos de pesar.

O primeiro a ser apresentado é do Partido Socialista e refere-se ao falecimento de Djuta Ben-David.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

#### **Falecimento de Djuta Ben-David**

Nenhuma terra se faz apenas daqueles que ali o destino dita que nasçam. Uma terra faz-se de todas as respirações que ali aportam, de todas as vozes que ali ancoram.

Com a morte de Justina Silva, amplamente conhecida entre nós como Djuta Ben-David, os Açores perderam, no pretérito domingo, uma respiração e uma voz que muito ajudaram a moldar, neste passado recente das nossas ilhas, em especial de São Miguel, as múltiplas tonalidades de que se tece a nossa Cultura.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Nascida no Mindelo, na ilha de São Vicente (Cabo Verde), e dona de uma musicalidade muito especial, cedo iniciou, por via familiar, a sua relação com a música. Desse período e desse precoce despertar para a magia dos sons, diz a própria: “(...) era uma família onde a música estava muito presente. Fui crescendo nesse ambiente e fui evoluindo”. Aos 20 anos rumava a Lisboa, onde, com o irmão, passou a cantar profissionalmente. A vida, entretanto, em meados da década de cinquenta trá-la – para nossa sorte – até São Miguel, ilha onde viveu até ao fim dos seus dias e que, embora da imensidão das saudades de Cabo Verde sempre falasse com grande intensidade, abraçou como se fosse a sua própria terra, aqui deixando, não apenas na comunidade imigrante mas (e sobretudo) na comunidade açoriana em geral, marcas indeléveis.

A energia da sua presença e a doçura da sua voz, trazendo até nós, num registo muito próprio, a ternura quente de referências gigantescas como a de Cesária Évora ou Tito Paris, ajudaram a fazer dos Açores um sítio melhor e mais bonito, quer para aqueles que, vindos de paragens longínquas, escolheram as nossas ilhas para viver, quer para quem aqui nasceu e aqui optou por permanecer. Djuta Ben-David, mesmo para quem não teve a felicidade de com ela privar, a todos transmitia, por onde passava, uma força rara, singular. E

constitui, em maiúsculas, pelo respeito e pela admiração que sempre granjeou, um nome obrigatório para a Cultura dos Açores.

“Tudo o que diz saudade está na morna. E esse desespero de que fala a música pode estar relacionado com a saudade.”, disse Djuta Ben-David numa entrevista, em 2009. Talvez seja precisamente esse o substantivo que, com a sua morte, persista: saudade. E que, ao lembrarmos o seu nome, nos chegue ao coração uma bonita morna.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, e que dele dê conhecimento aos seus familiares e à AIPA – Associação dos Imigrantes nos Açores, expressando as nossas mais profundas e sentidas condolências.

Horta, sala das sessões, 17 de junho de 2015

Os Deputados: *Renata Correia Botelho, Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa e Arlinda Nunes*

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai, naturalmente, associar-se a este voto de pesar pelo falecimento de Dona Djuta Ben-David.

Eu tive o privilégio de conhecer a Dona Djuta e de privar com ela durante algum período de tempo e, se me permitem, gostaria de deixar aqui algumas palavras de um poema de Eugénio Tavares e que foi, digamos, a primeira morna.

Eu vou ler em crioulo, perdoem-me também se o meu crioulo não for...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Acho que não vamos dar por isso!

**O Orador:** Não vão dar por isso. Pronto!

*“Hora di bai,*

*Hora di dor,*

*Ja'n q'ré*

*Pa el ca manchê!*

*De cada bêz*

*Que 'n ta lembrâ,*

*Ma'n q'ré*

*Fica 'n morrê!*

*Hora di bai,*

*Hora di dor,”*

“Hora de partida,

Hora de dor,

Desejo que

Não amanheça!

De cada vez

Que me lembro

Prefiro

Ficar e morrer!

Hora de partida,

Hora de dor,”

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de pesar é também referente ao falecimento de Djuta Ben-David.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

**Deputado José Andrade (PSD):**

**Voto de Pesar**  
**Djuta Ben-David**

Tinha a serenidade da Morna e o encanto do Mindelo, a harmonia dos Olhos Negros e a humildade de Santa Clara.

Era a cabo-verdiana mais açoriana das ilhas do Atlântico.

Chamava-se Djuta Ben-David e deixou de cantar a 14 de junho.

Nasceu Justina Antónia Rodrigues Silva há 86 anos no Mindelo da ilha de São Vicente em Cabo Verde.

Aos 20 anos foi chamada para Lisboa e tornou-se cantora profissional, primeiro no duo “Irmãos Silva”, depois em nome próprio por grandes palcos, como o Monumental, e com grandes vozes, como Cesária Évora.

Casou com Henrique Ben-David, o jogador da seleção portuguesa de futebol que acompanhou para os Açores como treinador do Clube Desportivo Santa Clara.

Há 60 anos que vivia em São Miguel, em Ponta Delgada, em Santa Clara, na sua casa de sempre – uma casa que foi sempre a verdadeira embaixada de Cabo Verde nestas suas outras ilhas.

Ela própria, com o seu inseparável violão e com a sua conhecida família, tornou-se parte integrante e estimada da nossa sociedade.

E, prova disso, emprestou o seu nome para designação oficial do prémio de “Jornalismo pela Integração dos Imigrantes” instituído pela AIPA – Associação dos Imigrantes dos Açores.

De facto, Djuta Ben-David era – e para sempre será – um símbolo da imigração nos Açores.

Desde logo, um símbolo representativo da antiga e acarinhada comunidade cabo-verdiana de Ponta Delgada.

Mas, também, um símbolo demonstrativo do bom acolhimento que gostamos de dispensar a mais de 3.000 cidadãos de mais de 70 nacionalidades que vivem e convivem connosco nas nove ilhas açorianas.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar pelo falecimento de Justina Antónia Rodrigues Silva Ben-David**, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família, à Assembleia de Freguesia de Santa Clara e à Associação dos Imigrantes dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2015

Os Deputados Regionais: *António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, José Andrade e Luís Garcia*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento do Padre José Maria do Rego Almeida, é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Pesar pelo falecimento do Padre José Maria do Rego Almeida**

Faleceu no passado dia 8 de junho, no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, com 85 anos, o Padre José Maria do Rego Almeida.

Nascido a 23 de janeiro de 1930, exerceu o sacerdócio ao longo de 58 anos, deixando um legado extraordinário de bondade, sinceridade, humildade e espírito de fé. Um exemplo do verdadeiro espírito sacerdotal e de amor Cristão.

Natural de Capelas, foi vigário paroquial no Concelho de Ponta Delgada e ordenado Presbítero na Sé de Angra, em 20 de Maio de 1956. Era Vigário Paroquial da Comunidade Paroquial de São Sebastião desde julho de 2007.

Foi definido pelos seus pares como um “homem simples e multifacetado, sacerdote do seu tempo e para o nosso tempo, homem de silêncio e de sorriso contagiante, um homem do Evangelho no mundo, um sacerdote acolhedor e exemplar, uma Alma Orante”.

Efetivamente, foi sempre um espírito irrequieto, apelativo e amigo da juventude, com quem lidou de forma próxima através do escutismo, que serviu até ao limite das suas forças.

Pregador distinto, fazia das suas homilias um espaço de reflexão leve e, no entanto, profunda. Eram homilias repletas de exemplos e sempre com fundamento bíblico e pastoral.

O Padre José Maria do Rego Almeida era um homem profundamente consagrado ao serviço de Deus e da igreja. Era um verdadeiro e completo Diretor Espiritual, o que ficou patente quando exerceu o sacerdócio na ilha do Corvo, sem nunca ter deixado de prestar orientação espiritual aos devotos em S. Miguel, através do telefone.

Era um homem de exceção, mas disponível para se inteirar dos dramas das pessoas por quem rezava. A sua humildade era uma marca da sua personalidade. Foi sempre igual a si mesmo, desligado de tendências e de grupos.

Perdeu-se um grande padre, um professor querido e um amigo inesquecível, para aqueles que tiveram a sorte de o conhecer.

Termino com esta citação de Santo Agostinho:

*“A morte não é nada.*

*Apenas passei ao outro lado do mundo.*

*Eu sou eu. Você é você.*

*O que fomos um para o outro, ainda o somos.*

*Dá-me o nome que sempre me deste.*

*Fala-me como sempre me falaste.*

*Não mudes o tom a um triste ou solene.*

*Continua rindo com aquilo que nos fazia rir juntos.*

*Reza, sorri, pensa em mim, reza comigo.*

*Que o meu nome se pronuncie em casa*

*como sempre se pronunciou,*

*sem nenhum ênfase, sem rosto de sombra.*

*A vida continua significando o que significou:*

*Continua sendo o que era.*

*O cordão da união não se quebrou.*

*Porque eu estaria fora dos teus pensamentos,*

*Apenas porque estou fora da tua vista?*

*Não estou longe, somente estou do outro lado do caminho”.*

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 17 de junho de 2015, lamenta a morte do Padre José Maria do Rego Almeida e endereça voto de pesar à família enlutada.

Do presente Voto de Pesar deve ser dado conhecimento à família, à Comunidade Paroquial de São Sebastião, à Diocese de Angra, à Assembleia Municipal de Ponta Delgada e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Horta Sala das sessões, 17 de junho de 2015

Os Deputados: *Benilde Oliveira, Berto Messias, José San-Bento, Graça Silva, Renata Correia Botelho e Catarina Moniz Furtado*

**Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero informar esta Câmara que o PPM também apresentará um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Padre José Maria Rego de Almeida, o PPM e o CDS, e devo dizer que tive a oportunidade de conhecer o seu trabalho pastoral na ilha do Corvo, onde se tornou uma pessoa profundamente amada. E devo dizer que tive também a oportunidade de o conhecer e não tenho nenhuma dúvida de que conheci um santo.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Era uma pessoa de uma bondade extrema, tremendamente humilde, sempre disponível e uma pessoa com qualidades irrepetíveis.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E eu não tenho nenhuma dúvida, torno a repetir, que, nestes 47 anos que tenho de vida, conheci um santo, uma pessoa com qualidades extraordinárias e irrepetíveis.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O último voto de hoje é também um voto de pesar referente ao falecimento do Padre José Maria Almeida. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

**Deputado José Andrade (PSD):**

### **Voto de Pesar**

#### **Padre José Maria Almeida**

Era um homem bom.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Não porque agora morreu, mas porque sempre viveu assim.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Exatamente!

**O Orador:** A sua vida foi um testemunho permanente de bondade, de disponibilidade, de simplicidade.

Tinha 85 anos de idade e quase 60 de sacerdote.

Ficará na memória de diferentes gerações como o padre do escutismo, o padre da humildade, o padre da confissão.

Foi um homem exemplar no raro dom de saber ouvir.

Nasceu na vila de Capelas, a 23 de janeiro de 1930, e foi ordenado presbítero na Sé de Angra, a 20 de maio de 1956.

Serviu as comunidades paroquiais da ilha do Corvo e da Algarvia do Nordeste e cultivou uma relação pessoal com as comunidades açorianas da costa leste dos Estados Unidos da América, mas foi à Matriz de Ponta Delgada que dedicou especialmente a sua vida sacerdotal, como Vigário Paroquial de São Sebastião.

Para o pároco de São Sebastião, Nemésio Medeiros, ele “*estava sempre presente sem nunca se fazer notar*”.

Para o ouvidor de Ponta Delgada, José Constância, ele “*era um verdadeiro e completo diretor espiritual*”.

Para o vigário de São Miguel, Cipriano Pacheco, ele “*era um homem do apostolado da juventude*”.

Foi professor de Educação Moral na antiga Escola Comercial e Industrial de Ponta Delgada, mas marcou, também e sobretudo, como assistente espiritual do Corpo Nacional de Escutas da Ilha de São Miguel.

Foi, aliás, o segundo assistente espiritual do núcleo micalense do CNE, depois do padre José Pacheco e antes dos padres João Maria, Emanuel Valadão e Norberto Brum.

Serviu assim o movimento escutista durante mais de 10 anos, a partir de 1958, em muito contribuindo para a formação espiritual de centenas de crianças, adolescentes e jovens.

Os 2.000 escuteiros micalenses estão agora oficialmente de luto pela partida do seu “Padre Zé Maria” para o “eterno acampamento” do “chefe supremo”.

Associamo-nos ao seu pesar e homenageamos a sua memória.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar pelo falecimento do padre José Maria do Rego Almeida**, do qual deve ser dado conhecimento formal à Igreja Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada e à Junta de Núcleo de São Miguel do Corpo Nacional de Escutas.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2015

Os Deputados Regionais: *António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, José Andrade e Luís Garcia*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Pausa)*

Sras. e Srs. Deputados, vamos terminar os nossos trabalhos por agora.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

*Eram 12 horas e 46 minutos.*

**Presidente:** Boa tarde a todos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 19 minutos.*

Entramos no ponto 4 da nossa Agenda: Projeto de Resolução n.º 106/X – “Roteiro Cultural dedicado a Carlos George Nascimento”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos utilizados são os do processo legislativo comum: o PPM, o PS e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD de 20 minutos; o Bloco de Esquerda e o PCP de 10 minutos.

Para apresentação da iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa que o PPM traz aqui a este Plenário vem já com um parecer positivo, ou seja, vem votada unanimemente pela Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais.

Devo dizer que, em sete anos de atividade parlamentar, é a primeira vez que tal me acontece.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Agora pergunta lá porquê! Foi uma cunha!

**O Orador:** Devo dizer que esta ideia de apresentar esta iniciativa de integrar Carlos Nascimento nos roteiros culturais não é minha e talvez por isso, disse a minha mulher, é que vai ser aprovada por unanimidade.

Mas devo dizer que em relação a esta matéria, um grupo de jornalistas, de gente da cultura açoriana e também alguns corvinos me sugeriram que seria uma boa ideia integrar Carlos Nascimento e a sua obra no âmbito dos roteiros culturais que estão a ser promovidos por parte do Governo Regional na Região Autónoma dos Açores.

De facto, eu considero os roteiros culturais, que foram criados também por iniciativa deste Parlamento, iniciativa original do Partido Socialista, uma boa ideia. E a ideia, essencialmente, é articular a promoção turística com também a promoção e a defesa da identidade cultural dos Açores, nomeadamente através da promoção dos seus grandes vultos culturais.

É uma boa ideia e é algo que está a ter um sucesso evidente.

A nossa perspetiva é que, na ilha do Corvo, nós temos uma personalidade que obteve uma projeção muito significativa. Como o Secretário Regional da

Educação e Cultura referenciou, não é uma personalidade esquecida pelos açorianos, é uma personalidade que, por exemplo, já recebeu uma insígnia autonómica que aqui foi votada nesta Casa. Já teve esse reconhecimento institucional. Não é uma figura olvidada, mas é uma figura que eu penso que grande parte dos açorianos ainda não têm a plena perceção da importância que teve para a literatura chilena e para a literatura da América Latina e para a literatura mundial.

Ele é um produto da diáspora açoriana, alguém que, muito jovem, abandona a ilha do Corvo e que acaba por fixar a sua residência num país que é pouco habitual para a diáspora açoriana, que, normalmente, se localizou, ao longo do século XIX, noutras paragens, como, por exemplo, a América do Norte. E o que acontece, esta história incrível que teve também a ver com aquele que foi o percurso dos açorianos no âmbito daquela atividade que teve uma importância enormíssima no século XIX e no início do século XX, que foi a baleação, o pai dele já tinha estado no Chile, conhecia, já lhe tinha contado, e, por um acaso do destino, Carlos Nascimento acaba por fixar a sua residência no Chile. Aí, também, através de herança, acaba por adquirir uma pequena livraria em Santiago do Chile, que depois transforma também numa editora.

Essa editora, a partir do momento em que ele tem essa oportunidade e esse papel, acaba por ter um papel importantíssimo no âmbito da projeção da literatura chilena, porque, como referem vários artigos que lhe são dedicados e várias obras que foram produzidas e que sintetizam o papel de Carlos Nascimento na promoção e na criação da literatura chilena, até aí os autores que eram editados eram autores estrangeiros, nomeadamente autores europeus. Não existia uma aposta, por parte dos editores nacionais, nos autores chilenos e ele é original nessa aposta que faz em autores desconhecidos, mas que ele considerou, com uma sensibilidade rara, que tinham um grande potencial.

Nós conhecemos dois nomes. Ele acabou por ter um papel importantíssimo para autores que são muito conhecidos na América Latina e no Chile e nós temos, o grande público conhece fundamentalmente dois: Pablo Neruda e Gabriela Mistral, que, como sabem, são dois dos autores que receberam o Prémio Nobel da Literatura. Aliás, Gabriela Mistral tem sido um pouco esquecida também. Eu lembro aqui, nesta Câmara, que Gabriela Mistral, os títulos da comunicação social referem sempre que Carlos Nascimento é o editor de Pablo Neruda, mas Gabriela Mistral foi alguém que teve uma projeção importante, que, inclusivamente, viveu em Portugal, na década de 30, e que, quando recebeu o Prémio Nobel da Literatura, em 1945, no seu discurso, é a primeira pessoa a fazer referência, o primeiro grande escritor a fazer referência à língua portuguesa. Vale a pena aqui referenciar a frase dela, que dedica à literatura portuguesa: “Por um acaso feliz que me supera, sou, neste momento, a voz direta dos poetas da minha raça e a indireta das muito nobres línguas espanhola e portuguesa”.

Gabriela Mistral também, portanto, foi editada por Carlos Nascimento. Também teve um importante papel inicial na projeção desta autora, e, depois, o muito conhecido Pablo Neruda, que também aqui, de uma forma absolutamente decisiva, na medida em que ele foi o primeiro editor de Pablo Neruda e também há uma aposta forte neste escritor, completamente desconhecido, e em que ele também acaba por dar esta possibilidade de ser conhecido do grande público e o resto da história é conhecida de todos vós.

Eu quero aqui fazer duas referências finais.

A primeira, uma referência de Martín Cerda, ex-presidente da Sociedade de Escritores do Chile, que diz: “No velho catálogo da Editora Nascimento não está ausente nenhum dos grandes escritores do século XX, desde Gabriela Mistral, Pablo Rocca e Pablo Neruda, até Nicomedes Guzmán, Braulio Arenas e José Donoso”.

A Associação Gremial dos Impressores do Chile escreveu no editorial do número especial que dedicou a Carlos Nascimento o seguinte: “A obra de Carlos George Nascimento, entre nós, foi de tal magnitude que, sem medo de errar nem exagerar, afirmamos que a história literária chilena teria sido completamente diferente sem a sua intuição visionária e a sua ação desinteressada. Mais de 6 mil títulos, muitos deles reeditados várias vezes, sustentam esta afirmação”.

Temos aqui, portanto, vários aspetos que comprovam que estamos a falar de uma personalidade marcante do ponto de vista da literatura chilena e mundial.

Devo dizer, para terminar, que há muito que se pode fazer no âmbito da criação de um roteiro cultural deste tipo, que vai ter muita importância para a promoção, não só para a divulgação da obra de Carlos Nascimento, mas também para a promoção da ilha do Corvo e a sua oferta cultural. Há muito que se pode fazer. Eu sei que, por exemplo, o Governo Regional fez alguns contactos, não sei em que fase é que este projeto se encontra, o Sr. Secretário Regional poderá agora ser um pouco mais específico nesta matéria, mas eu sei que há contactos no sentido de recuperar a casa, a moradia de Carlos Nascimento.

Eu sei também que existe por parte de um conjunto de entidades a nível nacional e a nível do Chile em que continuam a promover continuamente a obra e a dar relevância ao papel que teve Carlos Nascimento na promoção e na criação da literatura chilena. Há um grande espólio que, obviamente, também poderá ser parcialmente adquirido para ser exposto na ilha do Corvo e nas infraestruturas que lá se criarem. Há um grande conjunto.

Há também outras ideias, como, por exemplo, por que não, ter uma parte deste grande catálogo das obras mais importantes que foram editadas por Carlos Nascimento também exposta na ilha do Corvo. Ou por que não ter as grandes obras de referência destes dois grandes nomes da literatura mundial, como

Pablo Neruda e Gabriela Mistral. Há um conjunto de iniciativas que podem fazer da ilha do Corvo, podem dar uma nova valência do ponto de vista cultural à ilha do Corvo e constituir um atrativo importante do ponto de vista cultural e do ponto de vista turístico.

Há um conjunto de ideias que podem ser, depois, desenvolvidas, mas aqui o que é importante é sinalizar aquilo que uniu esta Câmara, que é um reconhecimento que é feito por todas as bancadas parlamentares no sentido de reconhecer a importância de Carlos Nascimento e também a mais valia que a criação deste roteiro cultural na ilha do Corvo representa para a população da ilha do Corvo e significa mais um polo de desenvolvimento.

Como nós, para terminar, estamos a verificar através dos números do turismo, há ilhas que estão...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah, pois há, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... a ter fluxos turísticos mais importantes que outras, e há outras que, neste momento, estão até a perder o fluxo turístico, há outras que estão a ter um crescimento extraordinário e, portanto, a criação deste polo, deste roteiro cultural é mais uma valência para promover a ilha do Corvo, que, obviamente, não está naquele grupo das ilhas em que o turismo está a crescer de forma mais acentuada.

Por isso, eu considero que esta iniciativa reúne todas as condições para ser aprovada...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já está aprovada!

**O Orador:** ... e tenho a certeza que estamos a homenagear uma grande personalidade e tenho a certeza que é uma mais valia muito importante para o Corvo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(\*) **Deputado Iasalde Nunes (PS)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a falar de Carlos George Nascimento, nascido na ilha do Corvo, onde viveu a sua infância e a sua juventude, mudando-se para o Chile com 20 anos de idade para trabalhar com um tio numa livraria que, mais tarde, se tornaria uma das mais importantes editoras do Chile.

A Editora Nascimento, pelas mãos de Carlos George Nascimento, lançou e editou grandes obras de poetas e escritores com renome mundial, chegando mesmo a ser a primeira editora daquele que viria a ser o Nobel da Literatura, em 1971, Pablo Neruda.

Poderia fazer aqui uma biografia deste grande visionário que foi Carlos George Nascimento, mas a mesma está devidamente esmiuçada quer no projeto de resolução que estamos a debater, apresentado pelo Deputado do Partido Popular Monárquico, quer no relatório das audições das reuniões de Comissão sobre esse projeto. Daí que farei apenas uma pequena intervenção sobre o objeto do projeto de resolução e sobre a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação ao mesmo.

Propõe esse projeto de resolução que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que crie, até ao final da presente legislatura, um roteiro cultural dedicado à vida e obras de Carlos George Nascimento. Esse projeto de resolução vem ao encontro do que tem sido a pretensão, até ao momento, do Governo Regional na criação e publicação de diversos roteiros culturais sobre personalidades açorianas que se destacaram e elevaram a cultura açoriana.

É do entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que este é mais um nome que engrandece e enobrece os Açores, sendo, por isso, meritório do protagonismo de um desses roteiros culturais.

Como deputado eleito pelo círculo eleitoral do Corvo e uma vez que esse projeto de resolução será aprovado, pois garante a unanimidade de todas as bancadas, demonstro a minha satisfação na criação deste roteiro a criar pelo Governo Regional, sendo este mais um instrumento entre muitos outros que contribui para a divulgação das nossas ilhas, neste caso específico, da ilha do Corvo.

De referir também que para além deste roteiro o Governo Regional entende ir mais longe, adquirindo a casa onde viveu Carlos George Nascimento e o seu espólio, a fim de integrá-las no projeto de ecomuseu do Corvo.

Para terminar, e como já referi anteriormente, só resta dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esse projeto de resolução.

Muito obrigado.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

**Deputado José Andrade (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era um açoriano como nós. Nasceu na ilha do Corvo. Emigrou para a América do Sul. Fixou-se em Santiago do Chile. Estabeleceu-se como livreiro. Notabilizou-se como editor. Chamava-se Manuel Carlos George Nascimento. Era conhecido como o livreiro de Santiago. Ficou reconhecido como o editor de Pablo Neruda. É o filho maior da nossa ilha mais pequena.

Bem merece que se lhe dedique um Roteiro Cultural dos Açores, como propõe o PPM neste Projeto de Resolução.

A história da sua vida é emblemática da história da sua ilha e representativa da emigração das nossas ilhas.

O rapaz pobre que gostava de livros nasceu no Corvo em 1885, filho de baleeiros, e atravessou o Atlântico para ajudar o tio na Livraria Nascimento, em Santiago.

Criou, como já vimos, a editora Nascimento, editou o primeiro livro do desconhecido poeta chileno Pablo Neruda e tornou-se assim o editor do Prémio Nobel da Literatura de 1971.

Editou, aliás, mais de 6.000 títulos, incluindo 32 autores laureados com prémios nacionais, e é hoje considerado uma referência maior da história da literatura do Chile no século XX.

Faleceu em Santiago em 1966, mas o seu nome venceu a sua morte.

Foi recordado com a biografia “O corvino Carlos Nascimento – coarquitecto das letras chilenas”, editado pela Academia Chilena da História, foi homenageado com a Insígnia Autonómica de Mérito pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e foi valorizado com o novo filme do realizador açoriano José Medeiros, “O Livreiro de Santiago”.

Agora, o mais importante editor açoriano merecerá igualmente um Roteiro Cultural em nome próprio, na sua e nossa ilha do Corvo.

Importa que essa justa distinção vá para além da publicação informativa para ser também um instrumento turístico, designadamente, através da aquisição e musealização da sua casa corvina para preservação e exposição do seu espólio pessoal, conforme, pelos vistos, já foi autorizado pela respetiva família.

Saúda-se a unanimidade partidária expressa em torno desta iniciativa, que valoriza mais uma personalidade histórica da cultura açoriana – a primeira e a maior de naturalidade corvina.

Estranha-se o aparente desinteresse da própria Câmara Municipal do Corvo, que, pelos vistos, nem se dignou responder ao pedido de parecer que lhe foi dirigido pela Comissão dos Assuntos Sociais.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Desta forma daremos mais um passo na promissora e proveitosa caminhada dos “Roteiros Culturais dos Açores – Personalidades”, em boa hora aprovada por esta Assembleia, sob proposta do PS, há exatamente cinco anos, em 17 de junho de 2010, e desde então implementada pelo governo, com razoável regularidade anual.

Esta série de brochuras informativas – publicadas em português e inglês, como convém – contém uma resenha biográfica de personalidades que identificam os Açores em diferentes vertentes e sugere o convite para um passeio de turismo cultural pela sua história nas ilhas que lhes estão associadas.

Assim já aconteceu com **Antero de Quental**, em São Miguel, **Vitorino Nemésio**, na Terceira, **Manuel de Arriaga**, no Faial, **Dias de Melo**, no Pico, **Francisco de Lacerda**, em São Jorge, e **Roberto de Mesquita**, nas Flores.

Muitos outros podem e devem seguir-se, não só para enriquecer a oferta regional, mas também para preencher as lacunas locais.

Refira-se, desde logo, em jeito de sugestão e a título de exemplo, dois nomes possíveis para as duas ilhas que agora ficam em falta:

Na Graciosa, por exemplo, o Coronel **Veríssimo de Sousa**, heroico combatente da I Guerra Mundial;

Em Santa Maria, por exemplo, D. **António Sousa Braga**, o único bispo açoriano nos cinco séculos da Diocese de Angra.

Mas uma possível lista regional é quase infindável e deve ser criteriosa, porque para cada nome que ocorre outros mais se perfilam também.

Alguns exemplos: os estadistas **Teófilo Braga**, **António José de Ávila** e **Hintze Ribeiro**, os historiadores **Gaspar Frutuoso** e **Jerónimo Emiliano de Andrade**, os missionários **João Baptista Machado** e **Bento de Gois**, os cardeais **Humberto Medeiros** e **Costa Nunes**, os pintores **Domingos Rebelo** e **António Dacosta**, o escultor **Canto da Maia** ou o compositor **Tomás de Borba**, o cientista **Alfredo Bensaúde** ou a poetiza **Natália Correia**.

Estes ou outros tendencialmente com multiplicidade setorial e preferencialmente com diversidade geográfica, tanto para atrair a atenção transversal, como para disseminar o turismo cultural.

Nos Açores, a Cultura é uma riqueza e o Turismo é uma oportunidade.

Por isso, o turismo cultural é uma estrada convidativa que atravessa a região e toca cada ilha.

Neste aspeto, como aqui já se viu, não há ilhas maiores ou mais pequenas do que outras.

São todas grandes.

**Vozes de alguns deputados do PSD:** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Ana Espínola.

(\*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores, nove pedaços de terra distantes entre si e isolados no centro do Atlântico Norte, deram ao mundo vários talentos de reconhecido valor.

Por falta de oportunidades e devido ao estrutural atraso da sociedade açoriana, ainda jovens abandonamos a terra que nos viu nascer e deixamos o conforto da família à procura de conhecimento, de novos horizontes, de uma oportunidade de viver melhor.

Moldados por esta terra que os viu nascer, os açorianos são reconhecidamente abnegados e trabalhadores, não virando as costas às dificuldades.

Se, hoje, fruto das novas tecnologias, sabemos ao minuto tudo o que se passa, quer dentro, quer fora da região, uma época houve em que as tecnologias se resumiam à existência de um telefone e à troca de cartas para transmitir as novidades de outras paragens e dos locais onde nascemos.

É interessante verificar que, quando no exterior, com acesso às mesmas oportunidades, os açorianos são capazes das maiores proezas e de reconhecido mérito. Foi assim no passado, mas também continua a ser assim no presente.

Hoje, damos conta que em tempos houve alguém que deixou a sua marca na sociedade que o recebeu. Saber valorizar o nosso passado, restituir a história daqueles que deixaram marcos relevantes, sensibilizar as populações, fazer disso um produto cultural são aspetos que se pretendem evidenciar com a criação de roteiros culturais.

Sobre Carlos George Nascimento não me vou alongar mais, porque o projeto de resolução do PPM é bastante claro e elucidativo do percurso deste grande vulto açoriano, nascido no Corvo, e que emigrou com o intuito de ganhar a vida na caça à baleia. Acabou tornando-se fundador da Editora Nascimento no distante Chile.

Durante 70 anos, teve um papel pioneiro e decisivo na publicação e divulgação de alguns dos mais importantes escritores chilenos, entre os quais os prémios Nobel da Literatura Gabriela Mistral e Pablo Neruda.

É, pois, com agrado que o Grupo Parlamentar do CDS-PP acompanha esta iniciativa do PPM, que propõe a criação de um roteiro cultural dedicado a um corvino com a relevância como a de Carlos George Nascimento.

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois de tanto e tão bem ter sido dito sobre esta personalidade açoriana, quase que apetece perguntar mais palavras para quê, não só sobre ela, mas sobre todo o contexto em que esteve inserida e da forma magnífica como levou os Açores,

nomeadamente a ilha do Corvo para os muitos mundos que percorreu e para a mundividência que adquiriu em tantas viagens.

Por isso, o Bloco de Esquerda acrescentaria apenas uma chamada de atenção que, aliás, faz parte do corpo do projeto de resolução do PPM e que eu considero uma forma luminosa de alguém se referir a Carlos George Nascimento, que é a expressão do Professor Vamberto Freitas, quando diz que ele era “um símbolo do espírito açoriano, determinado, aventureiro e não oportunista”, razões de sobra para o Bloco de Esquerda votar, com certeza, favoravelmente este projeto de resolução.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a figura de Carlos George Nascimento, penso que pouco ou nada haverá a acrescentar face àquilo que já foi dito pelas outras bancadas e pelo próprio preâmbulo do projeto de resolução apresentado pelo PPM, que gostaria de, aqui, desta tribuna, dizer ao Sr. Deputado que esta, de facto, é uma iniciativa para a qual lhe dou os parabéns e que honra o trabalho parlamentar...

**Deputado Francisco César (PS):** Isto de fazer uma coligação! Começa logo a receber elogios!

**O Orador:** ... e que, para além de trazer para a memória, para a nossa memória, para a memória da nossa contemporaneidade este ilustre açoriano que partiu um dia da ilha do Corvo e que teve a projeção e, sobretudo, teve a capacidade de dar projeção a outros, designadamente a alguns poetas chilenos que, mais tarde, vieram a ser reconhecidos com o prémio Nobel da Literatura, tem, julgo eu, para além desse reconhecimento que, enfim, nós todos lhe devemos ter, traz associada a esta sua iniciativa ainda outros, digamos, outro alcance.

A cultura é um bem que deve ser fruído por todos. Ter, na ilha do Corvo, um roteiro cultural a Carlos George Nascimento e às figuras, designadamente aquelas que foram referidas e outras eventualmente que ele editou, vai ser, com certeza, mais uma condição de atração pela ida à ilha do Corvo, para além daquilo que seduz quem visita o Corvo: a sua dimensão, o seu isolamento, a sua beleza natural e o seu povo. E do seu povo há outros nomes e um deles é Carlos George Nascimento, que, certamente, trará agora uma outra dimensão à ilha do Corvo, tornando-a, conferindo-lhe, com esta iniciativa e a sua concretização, uma outra dimensão.

E julgo que isto também deve ser realçado, uma vez que está subjacente também à sua iniciativa.

Já percebemos que vai ser aprovada por unanimidade, esperemos pela sua execução e, sobretudo, pelo contributo que possa ser dado para que o Corvo tenha uma maior procura no contexto regional. E, aliás, por esta dimensão cultural que se lhe está aqui a conferir.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E com a liberalização da rota do Corvo!

**O Orador:** Depois, esperemos por outras respostas que começam a sentir-se como uma necessidade para a ilha do Corvo, designadamente ao nível das suas acessibilidades. Como sabemos, o Corvo começa a ter alguma procura e as respostas começam a entrar em défice. E também isso é importante, mas isso ficará para uma outra oportunidade.

Bem, a posição do PCP já vinha anunciada e, portanto, nada mais tenho a acrescentar a não ser a minha satisfação por estarmos aqui a aprovar este projeto de resolução que, sendo do PPM, é um projeto de resolução que passará a ser desta Assembleia e que muito valoriza, não só Carlos George Nascimento, mas valoriza, sobretudo é também um reconhecimento a toda a nossa diáspora.

Para terminar.

A maioria de nós, certamente, conheceria a história de Carlos George Nascimento, mas recentemente o facto de um realizador tão bem reconhecido, o José Medeiros, Zeca Medeiros, e um produtor que trabalha com ele, terem realizado um filme que se chama exactamente *O livreiro de Santiago*, trouxe para o conhecimento público, digamos, ajudou a um melhor conhecimento de Carlos George Nascimento, do seu percurso e da sua importância enquanto editor naquela zona remota da América do Sul. E, portanto, também, eu não poderia deixar, nesta intervenção, de fazer essa referência, uma vez que esse contributo foi importante para que o conhecimento do percurso migratório de Carlos George Nascimento fosse, digamos, mais alargado e fosse do domínio público.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Tudo está dito. Tudo está dito com unanimidade. Creio, entretanto, que me compete dizer qualquer coisinha, embora corra, naturalmente, o risco da repetição.

A partir de uma resolução tomada por esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em 2010, têm vindo a ser publicados roteiros culturais, em formato de brochura desdobrável e em edição bilingue, concretamente português e inglês.

A maioria desses roteiros incide sobre personalidades de diversas ilhas, sobre as quais se apresentam resenhas históricas.

Como aqui se referiu, até ao momento, foram publicados roteiros sobre Antero Quental, de São Miguel, Vitorino Nemésio, da Terceira, Manuel de Arrigada, do Faial, Dias de Melo, do Pico, Francisco de Lacerda, de São Jorge, Roberto

de Mesquita, das Flores, e Raúl Brandão, curiosamente, este um não açoriano, mas, aqui, alegadamente do Corvo, por ser autor de uma das melhores descrições do Corvo e das suas gentes (incerta), como todos nós sabemos, na obra *As Ilhas Desconhecidas*.

No roteiro de Raúl Brandão, há vasta informação sobre o Corvo, incluindo uma alusão a Manuel Carlos George Nascimento, com fotografias do próprio e da casa onde nasceu. De resto, na identificação dos espaços, o futuro ecomuseu do Corvo não deixará de individualizar a casa de nascimento de Manuel Carlos George Nascimento.

Convém, entretanto, realçar que Manuel Carlos George Nascimento é uma personagem fascinante ao ponto do realizador José Medeiros lhe ter dedicado, muito recentemente, uma produção cinematográfica.

Convém realçar que Manuel Carlos George Nascimento é uma personagem reconhecida ao ponto da Região Autónoma dos Açores lhe ter atribuído a Insígnia Autonomica de Mérito, naturalmente que a título póstumo.

Nascido no Corvo, em 1885, falecido em Santiago do Chile, em 1966, Manuel Carlos George Nascimento, primeiramente, foi emigrante na América, onde tinha dois irmãos, passou, depois, ao Chile, talvez seduzido pelo testemunho do pai, um baleeiro que cruzara os oceanos, certamente que movido pelo amparo de um tio, que não o terá recebido muito bem, mas que lhe deixou uma livraria, em Santiago.

Essa livraria, ele transformou-a numa grande editora, que publicou mais de 6000 títulos, incluindo muitas reedições.

A Editora Nascimento pontificou na cultura chilena durante cerca de meio século e acolheu os autores de nomeada que já foram aqui citados, concretamente dois premiados com o Nobel da Literatura, a saber: Gabriela Mistral e Pablo Neruda.

A grandeza de Manuel Carlos George Nascimento justifica por si só que lhe dediquemos um dos nossos roteiros culturais. Todavia, tal instrumento não constituirá nem o primeiro nem o único referencial da vida e da atividade de Manuel Carlos George Nascimento, contemplado que já está no roteiro de Raúl Brandão e em publicações de diversos estudiosos, por exemplo, em publicações do também corvino João Saramago, que é Professor de Linguística na Universidade de Lisboa.

Em suma, nada contra; em suma, tudo a favor. Porém, Manuel Carlos George Nascimento não é um proscrito de todo injustiçado pelos que passaram, é, sim, e já, um conhecido de todos nós. A partir de agora, ficará ainda mais conhecido e justamente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim, vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Passamos agora para o ponto 5 da nossa Agenda: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X...

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma interpelação, Sra. Presidente. Um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental. Regressamos às 16 horas e 15 minutos.

*Eram 15 horas e 58 minutos.*

*Eram 16 horas e 20 minutos.*

**Presidente:** Entramos então no ponto 5 da nossa Agenda: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – “Estabelece o Regime Jurídico do Dador de Sangue no Serviço Regional de Saúde”.

Para apresentar esta proposta de DLR, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, sem Membros do Governo (*Risos*):

O Governo Regional dos Açores vem a esta Assembleia Legislativa Regional propor um decreto legislativo regional que vem estabelecer, na região, o estatuto do dador de sangue.

Esta proposta visa definir para a região este estatuto, atualizando, assim, a legislação regional existente sobre esta matéria.

Prevê-se na redação que foi agora proposta e enviada para a Assembleia Legislativa Regional a manutenção da especificidade de alguns temas da Região Autónoma dos Açores e o seu pioneirismo, nomeadamente o reconhecimento público dos dadores, bem como a assistência medicamentosa para os próprios.

No entanto, de acordo com a lei nacional em vigor sobre esta matéria, e no seguimento de uma diretiva comunitária, são atualizados alguns dos princípios que nos garantem que a dádiva é uma dádiva benévola, sem qualquer recompensa para o utente e, por isso, nós propomos a revisão de alguns dos pontos inerentes aos diplomas anteriores.

É fundamental também para nós, como utentes do Serviço Regional de Saúde, mas também por vezes utentes do Serviço Nacional de Saúde, garantir a correta interligação com os órgãos nacionais, nomeadamente com o Instituto Português para o Sangue e Transplantação, e a obtenção, para todos os açorianos, também

do cartão nacional de dador de sangue, que é o cartão que garante o não pagamento das taxas moderadoras nos hospitais da região e, por isso, este diploma vem prever exatamente que os utentes dos Açores também possam ter acesso a esse cartão.

De uma forma resumida, a intenção do Governo, no fundo, é atualizar os diplomas regionais e a portaria aqui existente e garantir, assim, o cumprimento da lei e das diretivas comunitárias sobre esta matéria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Abrimos agora as inscrições para o debate.

Já está inscrito o Sr. Deputado Luís Maurício. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional da Saúde:

O diploma que, hoje, o Governo aqui nos traz visa, como o Sr. Secretário Regional aqui disse, adaptar à região legislação nacional, europeia, estabelecendo o estatuto do dador de sangue na região.

Ele define, no seu conteúdo, um conjunto de direitos e de deveres dos dadores; define também a forma como os dadores são registados, nomeadamente através do cartão do dador, que, como o Sr. Secretário Regional se comprometeu em Comissão de Assuntos Sociais, passará a ser um cartão único, utilizado nos três hospitais da região, com um chip que permite a identificação do dador em relação aos seus componentes essenciais e, mais do que isso, a interligação com o registo nacional de dadores, situação que, sublinho, Sr. Secretário, se deseja que seja feita de forma célere, porque, apenas e só, o Hospital da Horta, neste momento, possui este tipo de cartão, sendo que os cartões, tanto no hospital da ilha Terceira, como no hospital de Ponta Delgada são ainda cartões manuais e, por conseguinte, não digitalizados.

E, portanto, tive a oportunidade de o questionar em Comissão sobre esta matéria e o Sr. Secretário referiu que o cartão seria o modelo utilizado a nível nacional e que, repito, já está a ser utilizado no Hospital da Horta e que se pretende que seja generalizado aos três hospitais da região.

Neste articulado também deste diploma, e como referiu também em Comissão, são feitas alterações em relação à legislação anterior, nomeadamente em relação à dádiva de medicamentos aos familiares dos dadores, que eram, até então, concedidos de forma gratuita a partir da vigésima doação, e é mantida a dádiva de medicamentos ao próprio dador a partir da décima doação.

Como as Sras. e os Srs. Deputados tiveram a oportunidade de verificar, em especial, naturalmente, os membros que compõem a Comissão de Assuntos Sociais, foi solicitado um parecer aos três diretores de serviço de sangue dos nossos hospitais e à Ordem dos Médicos e foi opinião unânime dos três diretores de serviço, bem como o parecer técnico da Ordem que a questão da dádiva de medicamentos aos doadores não era uma situação regular.

Esta preocupação por parte dos diretores dos serviços de imunohemoterapia e do banco de sangue no hospital da ilha Terceira tem uma história que tem a ver com as auditorias que foram feitas, ao longo dos anos, nos nossos três hospitais, a última das quais em outubro de 2014, e onde os auditores fizeram constar, em relatório, que constituía uma inconformidade, a ser corrigida, a manutenção da dádiva de medicamentos aos dadores. Aliás, posso citar-lhe aquilo que o texto que está inscrito precisamente no relatório da última auditoria feita ao Hospital do Divino Espírito Santo, onde se diz, passo a citar, “O manual de qualidade não reflete a Lei 267/2007, de 24 de julho. Foi constatada que a legislação, nos Açores, continua a contrariar diretivas europeias e o Decreto-Lei 267/2007, de julho, quanto ao conceito de dádivas não remuneradas na medida em que são cedidos gratuitamente medicamentos aos dadores e seus familiares. Foi transmitida à equipa inspetiva que vai ser enviada à Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores um projeto de diploma no sentido da sua uniformização”.

Portanto, é este o texto dos auditores do Departamento de Qualidade em Saúde da Direção Geral de Saúde, de outubro de 2014. Se lermos o relatório do Hospital da Horta, feito pelos mesmos auditores, são utilizadas expressões não tão taxativas, mas dizendo que sugerem alguns ajustamentos. E eu estou aqui a referir esta matéria, porque também tive oportunidade, em nome do PSD, de a referir em Comissão, manifestando, como consta do próprio relatório, as minhas dúvidas em relação a essa dívida de medicamentos, porque os relatórios das auditorias aos hospitais da região continham essa menção por parte dos auditores e, naturalmente, constituía essa matéria uma preocupação para os próprios diretores dos serviços dos três hospitais da região.

Eu próprio, e se me permitem aqui testemunhar, quando fazia parte da direção clínica do meu hospital, em 2010, tivemos a oportunidade, perante o anterior titular dos Assuntos Sociais, de o fazer ver que era necessário fazer ajustamentos à legislação no sentido de entrar em conformidade com as recomendações das auditorias em causa e que, nessas circunstâncias, era, sobretudo, necessário continuar a assegurar, de forma plena, os nossos serviços de imunohemoterapia nos nossos hospitais.

Quero aqui reafirmar, em nome do PSD, que a nossa preocupação, e como também tive oportunidade de o dizer em Comissão, é assegurar, permitam-me quase o pleonismo, a segurança e a qualidade do tratamento do sangue e dos seus derivados, onde se incluem as dívidas benévolas e totalmente não remuneradas de sangue por parte dos nossos dadores.

Eu sei que esta, naturalmente, é uma preocupação geral e é também uma preocupação dos hospitais da nossa região, bem transmitida nos pareceres que nos fizeram chegar, mas a partir do momento em que o Instituto Português de Sangue e Transplantação assume que a legislação está conforme, o que eu posso

dizer em nome do PSD é que jamais os auditores do Departamento de Qualidade em Saúde da Direção Geral de Saúde, quando visitarem os serviços de imunohemoterapia dos nossos três hospitais, podem afirmar que a legislação está em conformidade, porquanto existe um parecer, assinado pelo Dr. Victor Marques, em nome do Conselho Consultivo do Instituto Português de Sangue e Transplantação, segundo o qual não há inconformidade.

E, portanto, reafirmando o princípio, em nome do PSD, de que o tratamento do sangue e dos seus derivados, onde se incluem as próprias dádivas benévolas e não remuneradas de sangue pelos dadores, deverão ser feitas em segurança e em qualidade, não é por nós que esta matéria será alterada e continuará a constar da legislação regional a doação de medicamentos aos dadores de sangue, a partir da décima doação, e não aos seus familiares, como era até aqui.

Muito obrigado.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta de DLR, “O Estatuto do Dador de Sangue no Serviço Regional de Saúde”, o Bloco de Esquerda considera que a proposta é, na sua generalidade, rigorosa e equilibrada, na medida em que atende tanto ao rigor necessário relativamente ao procedimento de recolha, como aos direitos e deveres dos dadores de sangue.

O Bloco de Esquerda, como é sabido, não integra a Comissão de Assuntos Sociais, teve a ocasião e a obrigação de ler os pareceres que a Comissão solicitou, bem como algumas opiniões e argumentos despendidos no debate em sede de Comissão e esclarece que, relativamente a alguns deles, não concorda. Portanto, discorda de alguns deles, com todo o respeito pelas entidades que os

emitiram e pelos Srs. Deputados que também os emitiram, nomeadamente no que diz respeito à aplicação, na região, do cartão único nacional de dador de sangue.

Este cartão não tem tido qualquer utilidade prática, pois a esmagadora maioria dos serviços não possui leitores de cartões *smart card*, o que obriga os dadores a solicitarem uma declaração emitida pelo IPST ou pelo Serviço de Sangue Hospitalar, na qual conste o registo das dádivas efetuadas. É, pois, um cartão que, no nosso entendimento, em vez de modernizar e desburocratizar, tem o efeito exatamente contrário.

Relativamente à disponibilização gratuita de medicamentos e isenção de taxas moderadoras, que na opinião de algumas das entidades que dão parecer e de alguns Srs. Deputados da Comissão deturpariam, aliás, aqui mesmo pelo Deputado Luís Maurício, despendi do mesmo argumento, o carácter voluntário e altruísta da dádiva e, por isso, contrárias ao que é preconizado por diretiva europeia que impõe a não remuneração do dador, o Bloco de Esquerda considera que as taxas moderadoras não são mais do que um duplo pagamento por um serviço de saúde que é pago através das contribuições e impostos. A isenção do pagamento de tais taxas não pode, na nossa opinião, ser perspectivada como uma remuneração.

Quanto à dispensa gratuita de medicamentos, julgamos que é do interesse da região primar pela saúde dos dadores de sangue, condição fundamental para que se mantenham como dadores. Não basta repor a saúde do dador quando a doença é causada pela dádiva, é igualmente importante que se contribua para a saúde do dador numa perspetiva preventiva.

No continente, por exemplo, os dadores não têm direito à isenção de taxas moderadoras nos hospitais, mas apenas nos centros de saúde. Isto para além da total desorganização do serviço de recolha das dádivas, da responsabilidade, neste caso concreto, do Governo da República PSD-CDS.

Houve e há, neste momento, hospitais que, para pouparem nas transfusões de sangue, administram comprimidos de ferro aos doentes.

De 2011 para 2012, verificou-se uma quebra nas recolhas de sangue de 11,2%...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é mesmo do Bloco de Esquerda!

**A Oradora:** Agora é que pode deitar as mãos à cabeça, Sr. Deputado, porque esta estatística é que lhe deve pôr os cabelos em pé.

Eu vou repetir.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não é preciso!

**A Oradora:** De 2011 para 2012, verificou-se uma quebra nas recolhas de sangue de 11,2%, chegando a atingir os 23,12% na região centro e de 20% na totalidade do país. Agora, Sr. Deputado, ponha as mãos na cabeça.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E por que é que aconteceu isso?

**A Oradora:** Porque isto é o resultado das políticas de saúde do Governo da República PSD-CDS, ou seja, nós estamos, neste momento, outra vez, a voltar ao tempo em que andava tudo preocupado, e bem, porque faltava sangue nos nossos hospitais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E bem!

**A Oradora:** Estamos exatamente na mesma situação, ou seja,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sócrates ao poder!

**A Oradora:** ... não estamos a progredir, estamos a retroceder.

Ponha as mãos na cabeça, Sr. Deputado, porque eu compreendo a sua indignação.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A senhora não sabe o que está a dizer!

**A Oradora:** Reduções que se deveram não só à falta de organização, mas também à decisão de acabar com a isenção do pagamento das taxas moderadoras pelos dadores de sangue. E daí, portanto, o retrocesso que nós referimos.

Se a Sra. Presidente me permite, com o objetivo de economia de tempo, prenciar-me-ia também sobre as propostas de alteração que estão em cima da mesa, nomeadamente a do Bloco de Esquerda, que propõe uma única alteração, com o intuito de reforçar e sublinhar o direito à não discriminação dos doadores de sangue, em especial no que diz respeito à discriminação por orientação sexual, que não deve ser critério de exclusão, mas sim antes os comportamentos de risco dos doadores que coloquem em causa a saúde dos destinatários do seu sangue, sejam eles homo ou heterossexuais.

Dizer também que pelas razões que já despendemos e que nos escusamos de repetir, votaremos favoravelmente quer as propostas de alteração constantes do relatório da Comissão de Assuntos Sociais, quer as propostas de alteração apresentadas pela Representação Parlamentar do PCP.

Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Olhe que há mais propostas, Sra. Deputada!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A saúde é um bem precioso que devemos e precisamos preservar.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** A Graciosa que o diga!

**O Orador:** No entanto, qualquer um de nós, pelas mais diversas razões e em qualquer momento das nossas vidas, podemos necessitar de cuidados de saúde, implicando mesmo transfusões de sangue.

Dar sangue é um ato voluntário e de solidariedade de alguns para todos.

Como dador posso comprovar que dar sangue é um ato simples e seguro e para um mundo melhor e mais solidário basta uma dádiva para salvar vidas.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Esta proposta de DLR que estamos a debater adequa o regime regional dos dadores de sangue aos princípios orientadores nacionais e europeus, tendo presente as nossas especificidades arquipelágicas.

Tem como objetivo principal enquadrar o dador de sangue no que diz respeito aos seus direitos e aos seus deveres. Avalia a admissibilidade do dador, atualiza com rigor o registo dos dadores de sangue e estabelece a necessidade ou não de um exame médico anual, como a proposta de alteração ao artigo 4.º que foi aprovada em sede de Comissão. Estabelece um reconhecimento público com a atribuição de medalha de diploma e distintivo ao dador de sangue, reconhece a grande importância das associações de dadores de sangue na dinamização da dádiva de sangue e queremos também destacar neste diploma a isenção das taxas moderadoras em vigor, o seguro do dador de sangue, a dispensa de medicamentos gratuita pelos hospitais do Sistema Regional de Saúde a partir da décima doação, assim como a ausência às suas atividades profissionais devidamente justificada para fazer a sua dádiva.

Sendo assim, consideramos que este DLR veio melhorar o regime jurídico do dador de sangue no Sistema Regional de Saúde, dando a este ato nobre, voluntário e solidário o valor justo e reconhecido de toda a sociedade.

**Deputados Ricardo Cabral e Domingos Cunha (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(\*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A dádiva de sangue é um ato de generosidade e de altruísmo que salva vidas. A dádiva de sangue, ato voluntário não remunerado, deve ser incentivada, reconhecida, mas também efetuada nas condições ideais, cumprindo os critérios de boas práticas para a salvaguarda e proteção da saúde humana, quer do dador, quer do recetor.

Tendo em conta a necessidade de apresentar e adequar o regime jurídico regional dos dadores de sangue aos princípios orientadores nacionais e europeus, o Governo Regional apresenta esta iniciativa que pretende atualizar a legislação regional existente desde 1989.

Este novo diploma que estabelece o regime jurídico do dador de sangue no Serviço Regional de Saúde e que revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 14/89/A, com a alteração introduzida ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2003/A e a Portaria 64/90, dizia eu, este novo diploma introduz ligeiras alterações e apresenta uma redação mais simples do que os diplomas anteriormente referidos.

As alterações que se evidenciam visam proceder ao registo atualizado dos dadores de sangue também na base de dados do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, bem como a criação de um cartão de identificação do dador de sangue, pelas palavras do Sr. Secretário Regional. Na altura da sua audição na Comissão disse que seriam semelhantes ao utilizado a nível nacional.

Merecedora de destaque é ainda a agilização da burocracia inerente ao processo para a conceção de benefícios como a isenção das taxas moderadoras e ainda a dispensa gratuita de medicamentos, desta feita apenas ao dador a partir da décima doação de sangue.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por outro lado entendemos que a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista no âmbito dos trabalhos da Comissão Parlamentar ao número 2 do artigo 4.º é menos benéfica para o dador e aligeira a salvaguarda da garantia de segurança e qualidade do sangue que é colhido, pois na redação original apresentada pelo Governo pelo menos garantia a realização de um exame médico anual, algo que para uma grande parte dos açorianos ainda é um privilégio e esse privilégio é o facto de se ter acesso a uma consulta no Serviço Regional de Saúde e que possibilite realizar exames médicos.

Por essa razão, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentará uma proposta de alteração que garanta o direito ao dador a um exame médico anual da iniciativa e a cargo da unidade de saúde responsável pelo seu registo ou a pedido do dador.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá dar o seu acordo a esta adequação do estatuto do dador de sangue e que estabelece e atualiza um novo regime jurídico do dador de sangue no Serviço Regional de Saúde.

Efetivamente, esta proposta do Governo Regional ao estatuto do dador de sangue na Região Autónoma dos Açores tem algumas diferenças relativamente ao do continente português, ao do Serviço Nacional de Saúde, o que muito nos apraz registar. Entretanto, julgo que pode, efetivamente, sofrer algumas melhorias e para isso estão já algumas propostas de alteração, designadamente a Representação Parlamentar do PCP, que procuram dar exatamente esse contributo.

Relativamente a outras propostas de alteração que já foram distribuídas, dizer que, quer relativamente à proposta do CDS-PP, quer relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, elas terão o apoio da Representação Parlamentar do PCP, o que quer dizer que uma das propostas vinda da Comissão e subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista não merecerá o nosso apoio, uma vez que daremos, sim, o apoio à redação formulada pelo CDS-PP e que tem a ver com o direito à consulta médica.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há alguma inscrição.

*(Pausa)*

Sra. Deputada Zuraida Soares, penso que tinha pedido a palavra para uma interpelação.

(\* **Deputada Zuraida Soares (BE)**): Estava distraída. Peço desculpa.

Era para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental. Regressamos às 17 horas.

*Eram 16 horas e 47 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 17 horas e 05 minutos.*

Vamos então continuar os nossos trabalhos.

De momento, a Mesa acabou de ter uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM, em relação a este diploma, anuncia que a sua posição será de votar favoravelmente o mesmo e que em relação às várias propostas de alteração que foram apresentadas por alguns dos grupos parlamentares, nós temos um

posicionamento diferente em relação a cada uma delas e que, nesse âmbito, vamos ter a oportunidade de as discutir mais pormenorizadamente no âmbito da sua análise na especialidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver mais inscrições.

*(Pausa)*

Penso então que estamos em condições de fazer a votação na generalidade desta proposta de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos então agora passar ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então começar a votar.

Está à votação a proposta de aditamento, artigo 1-A, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Mas, logicamente, eu deveria ter votado primeiro o artigo 1.º do diploma, portanto, fá-lo-ei agora.

Está à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Aos artigos 2.º e 3.º não há propostas de alteração. Pergunto se os posso colocar à votação em conjunto.

Não havendo oposição, estão à votação os artigos 2.º e 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação a proposta de alteração que vem da Comissão subscrita pelo Partido Socialista ao artigo 4.º.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

(\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, para pedir...

**Presidente:** Quer que vote número a número?

(\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não é necessário. Peço imensa desculpa.

**Presidente:** Não é necessário?

Então, está à votação a proposta de alteração proveniente da Comissão e subscrita pelo PS ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS; 17 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 voto contra do PCP; e 1 do PPM.

**Presidente:** Sendo assim, está prejudicada a proposta de alteração do CDS para este mesmo artigo.

Coloco agora à votação o artigo 4.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

*(Pausa)*

Está à votação o artigo 4.º da proposta com a alteração que acabámos de aprovar.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 17 do PSD; 3 do CDS-PP, 1 do BE; 1 do PCP; e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação o artigo 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 6.º temos várias propostas de alteração.

A primeira a ser colocada à votação é a do Bloco de Esquerda, à alínea c) do número 1 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Posso?

Uma vez que não é possível realizar declarações de voto a não ser apenas no fim, gostava de discutir esta proposta antes da votação. É possível?

O problema é que já foi votada, como aqui me estão a chamar a atenção. Portanto, eu informo a Câmara que vou manifestar o meu sentido de voto, vou explicar por que é que voto contra.

**Presidente:** Mas votou contra? É que...

(\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Votei contra.

**Presidente:** Votou contra ou absteve-se?

(\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Contra.

**Presidente:** Foi contra.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ele pode pedir a repetição da votação.

**Secretária:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS; 17 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à alínea g) do número 1 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS ao número 1 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

*(Pausa)*

(\* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Peço desculpa. É para uma interpelação para pedir a repetição da votação.

**Presidente:** Para repetir a votação.

Façam o favor de se sentar.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS, um aditamento da alínea k) ao número 1 do artigo 6.º.

*(Diálogo entre alguns Deputados da Câmara)*

**Presidente:** Sim. Está prejudicada.

*(Pausa)*

Estando prejudicada e não havendo necessidade de fazer esta votação, passamos agora a votar o artigo 6.º com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PPM, 1 voto a favor do BE; e 1 do PCP.

**Presidente:** Está então agora à votação o artigo 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 abstenção do PCP; e 1 do PPM.

**Presidente:** Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 8.º e 9.º.

Não havendo oposição, está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de alteração proveniente da Comissão e subscrita pelo PS ao artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está então agora à votação o artigo 10.º com as alterações que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Os restantes 11 artigos do diploma não têm alterações. Penso que poderei votá-los em conjunto.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Votação final global.

A proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para explicar o meu sentido de voto em relação ao diploma, que é favorável pelas razões que tive a oportunidade de explicar na minha primeira intervenção e também para explicar, porque me distraí e não o fiz na altura correta, por que é que votei contra a proposta do Bloco de Esquerda, que acabou de ser aprovada (a proposta em relação ao artigo 6.º). Tem a ver com o seguinte.

A proposta do Governo, a proposta original, é de não ser objeto de discriminação, é universal, ou seja, contempla todos os motivos em relação aos quais poderão existir situações de discriminação.

Neste caso, o Bloco de Esquerda tem uma formulação que, na minha opinião, na minha humilde opinião, Sra. Deputada, limita os objetos de discriminação apenas a estes que aqui a Sra. Deputada enumera: "... em razão da sua ascendência, sexo, etnia, grupo étnico, religião, instrução, situação económica, condição social, orientação sexual". Mas eu, assim de repente, olhando para a Constituição Portuguesa, lembro-me de outros. Lembro-me, por exemplo, da língua, lembro-me, por exemplo, das convicções políticas ou ideológicas. Pode existir uma discriminação por... Não sou eu que o digo, é a Constituição da República Portuguesa que o diz.

**Deputado Berto Messias (PS):** Constituição da?

**O Orador:** E, portanto, nesse sentido, é mais uma discriminação que aqui não está. Ou seja...

Oh, meus senhores...

**Deputado Berto Messias (PS):** Constituição da?

**O Orador:** Meus senhores!

**Deputado Berto Messias (PS):** Diga, diga! Constituição da República Portuguesa!

**O Orador:** Ou seja, o que eu não percebo é por que é que, em relação a esta matéria, existiu esta cedência por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e por parte do Governo, no sentido de que a formulação original

contempla todas as formas de discriminação. Contempla todas as formas! E, nesse sentido, era obviamente universal, contemplava todos os casos, todos os casos de discriminação, nomeadamente aqueles que já estão presentes no âmbito da Constituição.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Da República Portuguesa!

**O Orador:** Assim, há algumas situações que não ficam explicitamente contempladas.

Eu considero que este é o grande problema da atividade política, que é quando o legislador vai atrás de uma determinada agenda mediática e, nesse sentido, nós, eu concordando com os que aqui estão, Sra. Deputada, que a senhora coloca, eu considero que não é uma boa técnica legislativa deixar aos exemplos concretos, porque há muitos outros casos e situações de discriminação que aqui não estão contempladas por V. Ex.<sup>a</sup>. Isso parece-me absolutamente lógico, por isso não percebo esta alteração e não posso concordar e por isso é que não votei favoravelmente, tão somente por esta situação. É porque restringe os casos de discriminação e eu gostava mais da proposta do Governo que era universal. Discriminação é discriminação, nomeadamente todas as outras situações que estavam contempladas.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito bem!

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Repita! Repita essa parte! (*Risos*)

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Mas, meus senhores, esta é a política da atualidade em que há a cedência a determinadas agendas mediáticas e por isso, meus senhores, e torno a repetir para que a Sra. Deputada agora não diga que o meu posicionamento (eu vou já terminar) é de recusa de alguma delas que aqui está, eu concordo com todas (com todas, Sra. Deputada!),...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas faltam algumas!

**O Orador:** ... só que eu acho que discriminação é discriminação e por isso, nesse sentido, há algumas situações que ficam de fora. Tão simplesmente isto.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não vais dizer outra vez a mesma coisa! Disseste três vezes a mesma coisa!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom, na realidade, há razões que a razão desconhece e eu espero estar a fazer uma declaração de voto, porque, com toda a franqueza, Sra. Presidente, eu acho que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não fez uma declaração de voto,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... pronunciou-se sobre uma proposta de alteração, já o deveria ter feito, quer quando votou ou não votou a do Partido Socialista, quer antes. Aquilo que o Sr. Deputado fez não foi uma declaração de voto, portanto, a Sra. Presidente ir-me-á desculpar, mas se calhar eu também não vou fazer uma declaração de voto.

**Deputado André Bradford (PS):** Ah! Isso aí é que está mal!

**A Oradora:** E vou dizer o seguinte.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ai, ai, ai, ai, ai, ai!

**A Oradora:** Eu acho curioso que um deputado desta Casa possa vir dizer que quando uma proposta de outro partido é aprovada é uma cedência do partido da maioria, porque eu acho que isto é uma visão absolutamente destorcida do que é a democracia.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! Estou a gostar!

**A Oradora:** As propostas são votadas ou não votadas de acordo com a avaliação que se faz delas. Não há cedências, porque se há cedências de um lado, então há favores do outro,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!

**A Oradora:** ... quando se vota favoravelmente. Isto não é democracia!

O Sr. Deputado Paulo Estêvão foi de uma infelicidade absoluta nessa sua não declaração de voto.

Para além do mais, o senhor não deve andar com os pés na terra, porque esta discussão deste tipo de discriminação, nomeadamente no que diz respeito aos dadores de sangue conotados com a homossexualidade é uma discussão que está a ser tida na Assembleia da República, onde eu não acredito que os partidos com os quais o Sr. Deputado simpatiza tenham da Constituição...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Simpatizo é com o PPM!

**A Oradora:** ... da República Portuguesa uma leitura tão abrangente e bondosa, porque senão não haveria essa discussão.

Portanto, o Sr. Deputado perdeu uma boa oportunidade, na minha opinião, de estar calado.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é absolutamente lamentável, o que se passou aqui! Isto não é uma declaração de voto!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Eu disse que não era uma declaração de voto!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é um abuso!

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada.

Encerramos aqui o ponto quinto da nossa Agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

O ponto 6 da nossa Agenda refere-se ao Projeto de Resolução n.º 115/X - Criação do "Museu do Parlamento", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para a apresentação desta iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

**Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Constituição da República Portuguesa, por vontade política dos açorianos, instituiu a Região Autónoma dos Açores, a 2 de abril de 1976, com uma organização de regime parlamentarista.

O Parlamento é, portanto, o centro da vida política açoriana.

Aqui se define e defende o desenvolvimento das ilhas, desde a capacidade legislativa até à responsabilidade fiscalizadora.

Aqui se decide e condiciona a vida dos açorianos – os mesmos açorianos que, 40 anos depois, não terão ainda a consciência bem definida e sempre presente da primazia do Parlamento sobre o Governo, da dependência do Executivo em relação ao Deliberativo.

É preciso recentrar e afirmar a importância política do Parlamento dos Açores na consciência e no quotidiano do povo açoriano.

Desde logo, dos açorianos que representamos diretamente, de Santa Maria ao Corvo, mas também dos açorianos que interpretamos simbolicamente, do Corvo à Califórnia.

Nós próprios, os Deputados que constituem o Parlamento dos Açores, porventura nem todos teremos sempre presente a devida consciência política da supremacia e da potencialidade da instituição parlamentar na Constituição da República e no Estatuto da Região.

Só no Dicionário é que a “Rua Marcelino Lima” aparece depois da “Rua Jácome Correia”.

Na Constituição e no Estatuto, primeiro está o Parlamento e só depois o Governo.

Afirmar o Parlamento como órgão basilar da arquitetura açoriana depende, desde logo, de nós próprios.

E decorre, acima de tudo, do trabalho que fizemos e da capacidade que tivermos para exercer, plenamente e eficazmente, as nossas competências e as nossas responsabilidades.

Este é o principal desafio de todos nós em todos os dias.

Mas afirmar o Parlamento é também, complementarmente, conceder-lhe visibilidade e reconhecer-lhe valor.

Tudo em nome da proximidade. Porque ninguém pode amar ou respeitar o que não conhece ou compreende.

Para a sua notoriedade, muito contribuirá o processo pendente do “Canal Parlamento”.

Para a sua valorização, pode ajudar a presente proposta de instalação progressiva e multidisciplinar de um núcleo formal e virtual de carácter museológico e pedagógico sobre o percurso histórico e a importância atual da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Os 40 anos da autonomia política e as ‘bodas de prata’ da sede parlamentar justificam a criação de um “Museu do Parlamento”, a lançar formalmente até ao final da atual legislatura, nos termos da presente proposta.

Essencialmente, a criação do “Museu do Parlamento” pressupõe a instalação de um núcleo formal nas instalações da Assembleia Legislativa, para exposição permanente e sistematizada de informações e imagens sobre o percurso histórico e a caracterização atual da Região Autónoma dos Açores e do seu primeiro órgão de governo próprio, de forma atrativa e dinâmica.

Complementarmente, a criação do “Museu do Parlamento” compreende outras duas componentes:

- por um lado, a sua interligação programática com as diferentes obras de arte que se encontram dispersas nas instalações do edifício-sede;

- por outro lado, a sua presença interativa no sítio oficial da Assembleia Legislativa com a possibilidade de realização de visitas virtuais...

...Neste caso, especialmente para os nossos concidadãos das outras ilhas, do continente português e da diáspora açoriana.

Operacionalmente, a conceção, a instalação e a manutenção do “Museu do Parlamento” serão asseguradas pelos meios próprios da Assembleia Legislativa – em parceria com outras entidades públicas ou privadas – por decisão da Mesa e mediante parecer de um Conselho Consultivo a constituir por um Deputado de cada Partido com representação parlamentar.

Sobre esta proposta, a comissão competente dos Assuntos Parlamentares consultou todos os antigos presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – com a pesarosa exceção de Alberto Romão Madruga da Costa – e ouviu a Senhora Presidente.

O presidente **Álvaro Monjardino** respondeu-nos de forma significativa: “*Só tenho a louvar a iniciativa*”.

O presidente **Reis Leite** foi de parecer que “*os fins propostos são do maior interesse para a nossa Região, principalmente aquele que se propõe fazer a pedagogia da Autonomia Política junto das novas e futuras gerações açorianas*”. Acrescentou, por isso, que “*o grande interesse desta iniciativa está na projeção virtual que permita uma constante atualização*” e considerou, por fim, que este “*é sem dúvida um trabalho de grande nobreza e urgência*”.

O presidente **Humberto Melo** entendeu que “*esta iniciativa, sendo ambiciosa, poderá ser concretizada com os recursos próprios da nossa Assembleia, sem prejuízo de recorrer à cooperação com outras entidades*” e que os 40 anos da autonomia constitucional e os 25 anos da sua sede atual constituem “*uma estimulante oportunidade para a sua concretização*”.

O presidente **Dionísio Sousa**, recordando a conveniente constituição de um Centro de Estudos Autónómicos a partir do acervo documental da biblioteca da

Assembleia, considerou que este museu, a fazer-se, “*deveria remontar até às históricas aspirações autonomistas*” da geração de Aristides Moreira da Mota e privilegiar uma componente interativa com “*recurso a modernas tecnologias de comunicação*”.

O presidente **Fernando Meneses** foi conciso e preciso no seu parecer: “*Não tenho nada a opor, apoiando sem reserva a iniciativa apresentada*”.

O presidente **Francisco Coelho** considerou que a intenção “*é, por princípio, de saudar*” mas que “*caberá, em primeiro lugar, à atual Mesa aquilatar dos concretos condicionalismos de tempo, modo e lugar*”. E acrescentou que “*a iniciativa seria aperfeiçoada se previsse expressamente a possibilidade do estabelecimento de parcerias*”.

Tal como o parecer escrito de seis anteriores Presidentes, a audição presencial da Presidente atual acrescentou também um contributo importante para o aperfeiçoamento possível da iniciativa proposta.

Nos termos do Relatório da Comissão, referiu a Presidente do Parlamento que “*de uma forma geral, concordava com a intenção proposta*” e que “*o conteúdo programático lhe parecia bem*”. “*Disse que (...) o pensamento da Assembleia Legislativa ia ao encontro do que propunha o Projeto de Resolução, mas não no edifício sede, dado o mesmo não reunir as melhores condições para isso*” e “*mais afirmou que a questão das datas punha algumas dificuldades, a nível orçamental e a nível físico*”.

Como bem lembrou o presidente antecessor, a opinião da presidência em vigor tem que ser ouvida e deve ser respeitada quando está em causa a organização da instituição.

Mais ainda, quando estão em causa questões institucionais de primeira importância, como a valorização da Autonomia e a dignificação do Parlamento, a última preocupação que devemos ter é a partidária.

Mais importante do que saber quem propôs o quê e quando, é avançar com o nosso contributo e acolher o contributo de outros para construir consensos em torno de uma solução comum.

Foi isso que fizemos com a substituição integral, de 8 de junho, do nosso projeto inicial, de 2 de março.

Mantemos que importa avançar para um “Museu do Parlamento” que seja dignificador, pedagógico e interativo, mas acolhemos – e agradecemos – os contributos de reconhecido aperfeiçoamento que nos foram suscitados pelos pareceres dos antigos Presidentes, pela audição da atual Presidente e pelas observações dos partidos representados na comissão parlamentar.

Assim, o projeto atual prevê, expressamente, o estabelecimento de parcerias com outras entidades para a conceção e implementação do “Museu do Parlamento”;

Não impõe que a sua execução material se confine ao edifício sede, podendo ocorrer noutras instalações parlamentares da cidade da Horta;

E não determina a sua abertura oficial no 40º aniversário das primeiras eleições legislativas regionais de 27 de junho de 1976 mas antes prevê iniciar formalmente, até ao final da presente legislatura, a sua implementação faseada.

Todas as questões que nos foram entretanto colocadas ficaram assim consideradas.

Daqui se depreende que estão agora reunidas as condições convenientes para aprovar este Projeto que já não é só do PSD mas do Parlamento dos Açores.

Isso é bom – e será ainda melhor – para o nosso Parlamento, para a nossa Autonomia, para a nossa Região.

Disse.

**Deputados Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos...

Sra. Deputada Graça Silva, tem a palavra.

**Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista todas as iniciativas que visem a promoção da autonomia e a aproximação do Parlamento à Comunidade, bem como a preservação do acervo documental, artístico, arquitetónico ou outro, são naturalmente bem-vindas. Ou ainda, como refere Francisco Coelho, enquanto Presidente desta Assembleia, no seu parecer, preservar a memória das mulheres e dos homens que, em cada momento, servindo, lhe deram corpo e voz é um dever dos homens e prova renovada da sua Humanidade.

Como tal, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera interessante o Projeto de Resolução em causa, no que concerne ao seu objeto mais amplo, sobretudo, como referido no seu preâmbulo e enfaticamente aludido por dois antigos Presidentes desta casa nos seus pareceres (nomeadamente o Dr. Reis Leite e o Dr. Dionísio Sousa), sobretudo – dizia eu – pela componente de pedagogia da autonomia política, para as novas e futuras gerações, veiculada no diploma.

No entanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera igualmente que o museu deve visar, acima de tudo, uma componente tecnológica, ou seja, ser um museu essencialmente virtual, tendo em primeira linha de conta o seu principal público-alvo (jovens e estudantes), e com recurso às mais modernas tecnologias de comunicação.

Dito de outra forma: um museu que permita uma constante atualização e aprofundamento da componente pedagógica e que fomente uma interação entre o museu e os seus visitantes. Até porque, como nos diz a experiência de outros museus similares (de que o do Parlamento Europeu é exemplo), a área tecnológica interativa é a que mais interesse desperta e mais atrai quem recorre a estes espaços.

Embora lamentando a manutenção, na componente resolutiva do diploma, de uma baliza temporal para a implementação da sua instalação, não podemos terminar sem realçar a abertura do proponente para acolher algumas sugestões apresentadas nos pareceres escritos, designadamente a de incluir nos pressupostos a possibilidade de efetuar parcerias com outras entidades públicas e/ou privadas.

Disse.

**Deputado Berto Messias e Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP congratula-se com esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, pela sua oportunidade, mas também pela dimensão da sua importância. Estamos a falar da autonomia regional, uma das mais belas e concretizadas conquistas da Revolução de Abril.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E, como tal, vamos dar o apoio a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD e julgo que algumas reservas que são visíveis na intervenção da Deputada Graça Silva não são, de todo, inconciliáveis, designadamente naquilo que diz respeito à questão do museu ser mais virtual do que físico. Julgo que não são indissociáveis, antes pelo contrário, mas que é fundamental que haja, de facto, um museu, uma estrutura física para salvaguarda de património, de espólio documental, bibliográfico, material e até cultural da história da autonomia e deste Parlamento.

Esta é, efetivamente, a casa da autonomia e, como tal, uma vez mais, congratulo-me com esta iniciativa do PSD e daremos o nosso apoio.

Julgo, e para terminar, no entanto, que devia ser devidamente atendido pelo proponente algumas questões que a Sra. Presidente da Assembleia colocou em sede de Comissão relativamente a razões que todos conhecemos e que a Sra. Presidente teve a oportunidade de expor aquando da sua audição. Mas isso cabe, efetivamente, ao proponente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Apenas uma referência prévia.

Apesar do Sr. Deputado José Andrade já ter, na sua intervenção, informado de que nós estamos aqui a debater e no ponto seguinte também será debatido, são as propostas de substituição integral que foram apresentadas e que foram distribuídas por todos e, portanto, serão essas propostas de substituição integral também, que serão votadas depois.

Sendo assim, eu passo a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP considera meritória esta iniciativa, uma vez que propõe a preservação de um património relevante para a história dos Açores, cuja musealização contribui para a valorização da nossa memória coletiva.

No entanto, muito do alcance deste património se perderá caso não haja a ambição de um projeto que dignifique, de facto, a instituição, resumindo-se a musealização proposta apenas a um relato de um passado histórico e que não garanta que este museu faça jus que lhe é dado e que este não seja apenas um espaço para gáudio dos Srs. Deputados.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E das senhoras, não?

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ah!

**A Oradora:** Uma vez que este Parlamento foi, é e continuará a ser a casa da autonomia, e tendo já sido criada recentemente a Casa da Autonomia 2, que o PSD batizou de Museu do Socialismo do Passado, fico na dúvida se este Museu do Parlamento, ou seja, a Casa da Autonomia 3 se deveria chamar Museu dos PPDs do passado.

Muito obrigada.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não acerta numa, Graça! Ainda não foi desta! Esperemos pela próxima!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Essa é a parte faialense que ela ainda tem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Não havendo, vamos então passar à votação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha opinião, Sr. Deputado Aníbal Pires, é igual à sua.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Pronto! Pensei que se ia pôr do outro lado!

**O Orador:** Eu estou de acordo, obviamente, com a proposta, nomeadamente aquela que nós estamos aqui a discutir, a substituição integral e os pressupostos em relação à necessidade de criar este Museu do Parlamento. Acho que é uma boa ideia, um bom projeto e, da forma como está explicitado, não vejo nada que se lhe possa apontar, muito pelo contrário. Acho que é uma boa ideia e acho que será benéfico para a instituição parlamentar e, claro, também um bom complemento para, do ponto de vista cívico, se poder, de facto (também é para quem nos visita ou quem, através de outros meios, poderá ter oportunidade de visitar este Parlamento) verificar também aquela que é a história, o percurso do Parlamento, do ponto de vista político, e também aquelas que foram as vivências que nós tivemos aqui, os grandes debates ao longo destes 40 anos e este, com certeza, também, por que não, porque a história também é feita de personalidades, também as personalidades que marcaram esta Casa, ao longo destas quatro décadas.

Portanto, uma boa ideia e merecerá a votação favorável por parte do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, penso que não há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai, obviamente, votar favoravelmente este projeto de resolução...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**A Oradora:** ... do PSD, não antes de tecer dois considerandos, mais por uma vontade de suscitar também alguma reflexão, senão para agora, para o futuro, mas também para dizer que a determinada altura eu penso que os açorianos e açorianas começarão a ficar ligeiramente confusos. Eu, pelo menos, começo.

É que esta é que é a Casa da Autonomia, mas há uma outra Casa da Autonomia que não está aqui dentro desta Casa da Autonomia, está lá fora. Isto começa a ser, Sras. e Srs. Deputados, eu peço desculpa, mas é muita casa para uma autonomia que deve mais respirar e viver fora das paredes, seja elas quais forem, desta Casa ou de outra casa, do que estar, mesmo que interactivamente, fechada, seja em que espaço for.

Apesar de tudo, reconhecendo as boas intenções do PSD, eu também quero confessar que fui, e o Bloco de Esquerda foi, muito sensível ao teor do parecer do ex-Presidente desta Casa da Autonomia, Dionísio Sousa, quando, a determinada altura, no seu parecer, e permito-me ler, diz o seguinte: “ O que é que propõe em concreto como alternativa ao projeto do Museu do Parlamento?”, e diz Dionísio Sousa: “Proponho a constituição, na Assembleia, de um centro de estudos autonómicos que, partindo do acervo documental da atual biblioteca e continuando a melhorá-lo, manteria em funcionamento uma atividade permanente de análise, aprofundamento, sistematização de um discurso autonómico, que poderia chamar-se da terceira geração da autonomia”, admitindo que a primeira foi a dos seus fundadores, da autonomia, de 1976, e a segunda da geração que lhe se seguiu, em 1980.

E vai mais longe. Propõe mesmo um nome para este centro de estudos, que seria, na sua opinião, o nome de Aristides da Mota, por todos conhecido como um dos primeiros autonomistas e defensores da nossa autonomia.

Eu sou muito sensível a esta proposta e, sinceramente, como ela não está em votação em alternativa, não posso votá-la e o Bloco de Esquerda não pode votá-la favoravelmente, mas se me fosse possível escolher e ao Bloco de Esquerda, não seria o Museu do Parlamento, seria este centro de estudos, que me parece muito mais criativo e fundador e descobridor do futuro do que propriamente o Museu do Parlamento. Mas como não há votação nem proposta neste sentido, há apenas um parecer dado pelo ex-Presidente desta Casa, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente a proposta do PSD.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O projeto de resolução apresentado foi aprovado com 19 votos a favor do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; e 27 abstenções do PS.

**Presidente:** Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

*Eram 17 horas e 51 minutos.*

**Presidente:** Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 33 minutos.*

Entramos no ponto 7 da nossa Agenda: Projeto de Resolução n.º 116/X – “Pedagogia da Autonomia na Comunicação Social”, também apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tal como referi há pouco, este projeto de resolução foi alvo de uma substituição integral que foi distribuída por todos, pelos serviços.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade para a apresentação deste projeto de resolução.

**Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A Pedagogia da Autonomia na Comunicação Social é um Projeto de Resolução que interessa a todos.

Este Projeto interessa, sobretudo, à própria Autonomia.

O regime autonómico tem que ser conhecido e compreendido para ser amado e respeitado.

Este Projeto interessa, também, ao nosso Parlamento.

A Assembleia Legislativa é – e tem que parecer – a primeira responsável pela garantia autonómica.

Este Projeto interessa, ainda, à Comunicação Social.

A publicidade institucional é uma prestação de serviços mutuamente proveitosa.

Assim sendo, este Projeto valoriza a Autonomia, dignifica o Parlamento, ajuda a Imprensa.

E até tem uma vantagem instrumental.

O Projeto de Resolução que o PSD propõe para a “Pedagogia da Autonomia na Comunicação Social”, tal como o anterior para a “Criação do Museu do

Parlamento”, não se limita a recomendar ao Governo. Determina que seja a própria Assembleia a implementar a iniciativa.

Quando se trata de Autonomia, deve ser o seu primeiro órgão a dar a cara por ela.

Não há uma única razão para que assim não seja.

Se a razão é política, respeite-se a orientação constitucional.

Se a razão é financeira, ajuste-se a repartição orçamental.

Para fazer a Pedagogia da Autonomia na Comunicação Social, a Assembleia não precisa recomendar ao Governo. Deve tomar a iniciativa e assumir a liderança.

É isso que propõe este projeto de Resolução.

A sua conveniência é reconhecida.

Importa desenvolver um esforço público de valorização autonómica de forma permanente e, em especial, assinalando celebrações significativas.

A sua oportunidade é adequada.

Até final da presente legislatura, nos primeiros meses de 2016, assinala-se o 40º aniversário da Região Autónoma dos Açores, com a consagração da Autonomia Constitucional a 2 de abril, a realização das primeiras eleições a 27 de junho e a instalação do parlamento regional a 27 de julho.

A sua concretização é consequente.

Os órgãos de comunicação social constituem, no seu conjunto, o meio adequado de disseminação de uma mensagem institucional de proximidade pelas diferentes comunidades de todas as parcelas do nosso território.

Por isso propomos que a Assembleia delibere desenvolver uma campanha publicitária de carácter institucional e interesse pedagógico em todos os jornais e rádios licenciados da comunicação social privada sediada em território açoriano, no âmbito das comemorações do 40º aniversário da Região Autónoma dos Açores, ao longo da sessão legislativa de 2015/2016.

E propomos que a referida campanha seja concebida e executada através da divulgação de textos, breves e apelativos, de informação e esclarecimento, sobre a organização e o funcionamento da nossa Região.

Para que, por exemplo, o mariense, quando ouvir o Asas do Atlântico, perceba o que é uma Região Autónoma;

Para que o micalense, quando estiver com o Açoriano Oriental, identifique os nossos símbolos heráldicos;

Para que o terceirense, quando tiver o Diário Insular, encontre os princípios fundamentais da Autonomia;

Para que o graciosense, quando escutar a Rádio Graciosa, conheça o nosso regime económico e financeiro;

Para que o jorgense, quando sintonizar a Rádio Lumena, saiba para que serve a Assembleia Legislativa;

Para que o picoense, quando receber O Dever, compreenda a estrutura orgânica do Governo Regional;

Para que o faialense, quando ler o Incentivo, conheça o quadro constitucional das relações nacionais e internacionais da Região;

Para que o florentino, quando folhear O Monchique, perceba a organização da administração pública;

Para que o corvino, quando captar a Rádio Flores, sinta que esta Autonomia também tem a ver consigo.

Trata-se, afinal, de levar para o dia-a-dia dos açorianos o essencial do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Dir-se-á, provavelmente, que a pedagogia autonómica deve ser feita nas escolas. Responderemos que também, mas não só.

Dir-se-á, igualmente, que esta campanha mais parece uma forma de apoio à comunicação social. Responderemos que ela satisfaz duas necessidades.

Dir-se-á, finalmente, que o modelo proposto peca pela relação custo/benefício. Responderemos que é dinheiro bem empregue.

Na sua audição em sede de Comissão, a Senhora Presidente da Assembleia elogiou o importante propósito do Projeto de Resolução mas denunciou o impacto orçamental considerado excessivo.

A versão inicial da proposta previa a publicação de, pelo menos, uma página de publicidade mensal na imprensa não diária e duas por mês em cada diário, bem como a emissão de, pelo menos, uma semana por mês de spots informativos em todas as rádios.

Os serviços da Assembleia elaboraram entretanto um estudo de impacto financeiro, por estimativa, com base em 13 respostas dos 34 órgãos de comunicação contactados.

Não vamos aqui relevar o facto de terem contactado o jornal “A União” ou de terem considerado o mensário “Açores 9” com periodicidade diária.

Vamos apenas revelar que o estudo estimou um investimento global de 520 mil euros para uma campanha de publicidade institucional durante todos os meses em todos os órgãos de comunicação de todas as ilhas dos Açores destinada a comemorar os 40 anos da Região Autónoma.

Para uns é excessivo, para outros é relativo.

Não nos obriguem a dar exemplos de coisas muito menos importantes que custam muito mais do que isso...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E não seja por isso que se queira inviabilizar a aprovação deste Projeto de Resolução.

Já formalizámos a sua substituição pela nova proposta que vai ser votada e que prevê, tão somente, *“implementar a referida campanha com a regularidade a definir pela Mesa da Assembleia, salvaguardando a devida equidade de tratamento para com os diferentes órgãos de comunicação social”*.

Portanto, uma vez aprovada, a execução desta Resolução custará exatamente o que a Mesa entender que ela deve custar.

Aqui está mais uma prova da nossa boa intenção e da nossa plena disponibilidade para ajudar a encontrar soluções consensuais que valorizem a autonomia regional, sem prejudicar o orçamento parlamentar e sem dispensar a comunicação social.

Nos pareceres emitidos ao diploma em apreço, a comunicação social considera que “a iniciativa é meritória”, que “a necessidade é óbvia”, que “a oportunidade é inquestionável”.

E há até órgãos de comunicação social – como, por exemplo, o Diário Insular – que se disponibilizam, expressamente, para “colaborar (com a Assembleia Regional) na estruturação de um programa de promoção que possa atingir os objetivos desta proposta de Resolução”, se ela for aprovada.

Aqui fica um contributo – mais um contributo do PSD – para valorizar o que todos temos de mais precioso: a Autonomia dos Açores.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD tem por objeto, através da publicidade nos órgãos de comunicação social, como agora foi explicado, promover a pedagogia da autonomia, apesar de admitir também em si que pretende apoiar os órgãos de comunicação social.

Desde logo, entendemos que não é competência do Parlamento, ainda que de forma indireta, subsidiar os órgãos de comunicação social.

Entendemos igualmente que a pedagogia da autonomia deve priorizar outros suportes, outras instituições e determinadas faixas etárias da população.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O uso das novas tecnologias, por exemplo, aliadas à instituição escolar e tendo como público alvo os nossos jovens, parece-nos uma mais assertiva forma de fazer a pedagogia da autonomia.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** De resto, os próprios órgãos de comunicação social não parecem ter-se entusiasmado com a presente proposta, se entendermos, como já referiu o próprio proponente, ao número de pareceres recebidos.

Convém também não esquecer que, segundo estimativa da Presidência da Assembleia transmitida à CAPAT, os custos da proposta inicial rondariam meio milhão de euros ano, ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** O estudo estava mal feito!

**O Orador:** ... o que nos parece absolutamente desproporcionado em termos de custo/ benefício.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Talvez por isso mesmo a presente proposta de substituição veio deixar ao critério da Mesa desta Assembleia a definição equitativa, embora lata, a oportunidade e o montante do investimento desta específica forma de publicidade institucional.

Ora, com tal latitude, a presente iniciativa torna-se, em nossa opinião, inútil, pois nada acrescenta às competências genéricas da Mesa da Assembleia.

Eu suma, ainda que, sem dúvida, bem intencionada, esta iniciativa nasceu torta e a emenda não consegue, em nossa opinião, torna-la útil ou virtuosa.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Em conformidade, votaremos contra a presente iniciativa.

Não queremos, porém, terminar esta intervenção sem manifestarmos o nosso apoio incondicional a todas as formas eficazes de promover a pedagogia da autonomia,...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Por exemplo...

**O Orador:** ... sobretudo junto dos mais jovens,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... desde que essas formas se traduzam em eficácia e adequada proporcionalidade dos correspondentes recursos investidos.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Uma nota final também para dizer que não gostaríamos de colaborar com um sistema que, por vezes, cria dependência nos órgãos de comunicação social dos poderes públicos...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e dos investimentos públicos, porque cabe, sem dúvida, aos órgãos de comunicação social...

*(Apartes inaudíveis de diversos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** ... viverem numa sociedade pluralista e livre e sem a dependência desses poderes públicos.

Obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Sim, senhor! Muito bem!

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem, Sr. Deputado!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Oh! Quem o diz!

**Deputado André Bradford (PS):** Sr. Deputado Joaquim Machado, junte-se ao debate!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Essa teve piada!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Seis mil euros por mês!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Quanto?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Seis mil euros por mês!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Com viagens e alojamento! Mais caro do que isso só a transferência dos jogadores do Sporting! Por 6 mil euros por mês eu também estou disponível para qualquer comentário, em qualquer televisão!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado André Bradford (PS):** Junte-se, junte-se ao debate!

**Presidente:** Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Esta iniciativa do PSD, trazendo associado um objetivo que julgo que é consensual e que tem a ver com a pedagogia da autonomia, o conhecimento do acervo autonómico, enfim, traz esse objetivo associado, mas, ao contrário do que foi dito pelo Sr. Deputado José Andrade em sede de audição da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, julgo que primordialmente o que se pretende é ajudar a própria comunicação social a ultrapassar a situação difícil em que se encontra, o que também é uma questão importante. Julgo que não deve ser resolvida por esta forma.

Julgo que temos consciência de que a comunicação social regional atravessa, certamente, algumas dificuldades e nós temos instrumentos que podemos melhorar, temos outros que podemos criar sem este subterfúgio da pedagogia da autonomia através da compra de publicidade institucional aos órgãos de comunicação social.

E digamos que o objetivo em si mesmo não é o meio milhão de euros; o problema é que V. Ex.<sup>as</sup> aquilo que pretendem com esta iniciativa é financiar os órgãos de comunicação social. Mas, então, não escondam esse objetivo através de um propósito que é meritório, porque aquilo que V. Ex.<sup>as</sup> propõem ao nível da pedagogia da autonomia e, digamos, da divulgação do conhecimento, da compreensão deste processo autonómico e aquilo que representa para esta região, eu estou perfeitamente de acordo. E, quer no seio deste Parlamento, quer fora deste Parlamento, se pode conseguir e se deve fazer e se faz todos os dias. De uma forma ou de outra, se faz todos os dias e se faz também através da comunicação social, aliás, os jornalistas estão aqui e estão exatamente, julgo eu, a fazer esse trabalho, a pedagogia da autonomia, ao transmitirem e ao produzirem notícias sobre os debates políticos e as iniciativas que aqui se trazem e, portanto, tudo isso é, ao fim e ao cabo, um trabalho que é intrínseco ao próprio objeto da comunicação social regional.

Portanto, estar a unir, ou melhor, estar a trazer um objeto que, de facto, tem esse mérito, e eu reconheço esse mérito, é fundamental que se faça mais do que aquilo que se faz, mas o objetivo do PSD não é esse, o objetivo do PSD é, de alguma forma, subsidiar através desta iniciativa a comunicação social regional, que, reconheço, necessita, certamente, ao nível dos programas de apoio ou de outros a virem a ser criados, de apoio, mas não por esta via, Sr. Deputado. Não por esta via. Esta não é a mais indicada.

A comunicação social regional tem essa obrigação, a obrigação de fazer aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> pretende sem que lhe seja pago nada por esta Assembleia, nada.

Outra questão bem diferente é a necessidade de apoiar a comunicação social regional com critérios, com rigor, de modo a que até se diferencie a qualidade da informação produzida na Região Autónoma dos Açores.

Agora, assim não, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não lhes chega já os favores que eles vos fazem? Não? Ainda querem dar mais?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Esse aparte era bom que ficasse registado!

**Presidente:** Pergunto se há inscrições.

Srs. Deputados, estamos aqui a...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados Aníbal Pires e André Bradford)*

**Presidente:** Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

**Deputado André Bradford (PS):** Mais ninguém tem nada para dizer!

**Presidente:** Não havendo inscrições, vamos então passar à votação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, para o ano, vamos completar 40 anos de autonomia. É uma data fundamental e neste contexto é muito importante que os açorianos, a população açoriana continue a apoiar a sua estrutura política, a sua estrutura institucional.

O que nós temos vindo a verificar é que existe uma abstenção cada vez maior e também podemos verificar isso através da comemoração do Dia da Região. Há

cada vez um maior desfasamento entre a população e os órgãos autonómicos. Esta é a nossa opinião. Há cada vez um maior desfasamento entre a infraestrutura política, a super estrutura política e a cidadania e nenhum sistema político pode sobreviver numa redoma de vidro, isolado em relação à população respetiva ou que deve representar.

Por isso, acho que há aqui um desgaste dos órgãos autonómicos, em especial do Parlamento, também muito por culpa de práticas do atual Governo do Partido Socialista, como se tem vindo a verificar também com...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já está a entrar na linha!

**O Orador:** É verdade, Sr. Deputado. Esta é a verdade.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não! Já está a entrar na linha!

**O Orador:** ... uma desvalorização cada vez maior da presença institucional e da regularidade do Presidente e do Vice-Presidente do Governo nesta Assembleia ou até, como se tem vindo a verificar ao longo dos últimos meses, às vezes com a ausência do titular da pasta no âmbito da discussão temática que se está aqui a realizar. E é evidente que tudo isto provoca o desgaste do sistema autonómico, mas também por culpa e responsabilidade do Governo Regional.

Devo dizer também que projetos como, por exemplo, a Casa da Autonomia, que eu tenho aqui que fazer uma referência, que não receberam aqui o apoio unanime e que é um projeto que o Partido Socialista quer implementar sozinho, tendo uma visão unilateral da autonomia, também não ajudam ao aprofundamento de uma autonomia que tem que ser necessariamente plural para que todos se possam rever nesse sistema político.

Um sistema político tem que ser plural e a promoção desse sistema político tem de ser feita por todos. Quando é só feita por um é evidente que, a partir daí, há um desgaste cada vez mais progressivo do sistema político. Eu penso que isso é evidente.

Eu penso que esta análise terá sido feita pelo Partido Social Democrata quando aqui apresenta esta iniciativa.

O sentido da iniciativa parece-me correto. Envolver também os órgãos de comunicação social, que são os grandes mediadores entre os órgãos políticos, não só, não são os únicos, mas ocupam um papel importante nas sociedades modernas no sentido de fazer chegar à opinião pública e à cidadania as nossas decisões e também de as explicar. E nós, políticos, também temos esse dever de proximidade e de explicar diretamente à nossa cidadania, ainda por cima numa região com um peso demográfico tão pequeno, também de explicar os nossos posicionamentos.

Os partidos políticos devem fazer isso, as instituições devem fazer e, obviamente, os órgãos de comunicação social têm aqui um papel absolutamente vital.

Concordando com o propósito e concordando que os órgãos de comunicação social têm um papel importante, o que eu considero é que subsistem algumas dúvidas da nossa parte em relação à execução em concreto do projeto de resolução.

Eu vou analisar aqui três pressupostos.

Começando pelo número 3: “Implementar a referida campanha com a regularidade a definir pela Mesa da Assembleia”. Ora, o PPM, mas também o Bloco de Esquerda, o CDS e o PCP não estão representados na Mesa da Assembleia. Uma campanha institucional deste tipo, que se quer plural, os partidos têm que assegurar...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ora aí está! Muito bem!

**O Orador:** ... que essa visão representa a pluralidade do Parlamento e na minha perspetiva este ponto número 3 fragiliza essa pluralidade que, com certeza, é fundamental e que o proponente deveria ter assegurado do ponto de

vista objetivo, o que não acontece, remetendo esta capacidade, esta responsabilidade para a Mesa da Assembleia.

Devo dizer também que, em relação a “desenvolver uma campanha publicitária de carácter institucional e interesse pedagógico em todos os jornais e rádios licenciados”, a questão é como é que vamos fazer isto de forma a que a mensagem seja uma mensagem em que todos se possam rever.

Eu penso que estes mecanismos, esta explicação também não está, na nossa perspetiva, clara e não garante que aquela visão, aquela publicidade que nós queremos fazer das nossas instituições, em que cada um tem, com certeza, uma perspetiva diferente e cada partido e cada ideologia tem um posicionamento diferente, também penso que aqui não fica claro e objetivo de que forma é que isto se pode fazer e se pode operacionalizar do ponto de vista prático.

Por estes motivos, o PPM, não discordando do seu objetivo, não podemos votar a favor, vamos abster-nos, tendo em conta que consideramos que a sua operacionalização não é clara e a forma, nomeadamente em relação ao ponto número 3, como ela vai ser operacionalizada também nos deixa de fora do processo de decisão e, obviamente, também do necessário pluralismo que nós aqui queremos ver representado num processo que consideramos que é um processo que deve envolver todos os partidos.

Termino para referenciar também, em relação a esta questão, novamente aqui o posicionamento do Partido Socialista, que fala em controlo da comunicação social e que fala aqui também de uma presença institucional que deve ser neutral. Bom, a prática do Governo Regional não tem sido essa. Esse é o perigo. Tem sido o domínio dos mecanismos institucionais por parte do Governo Regional, o que provoca uma visão distorcida, porque é uma visão única e exclusivamente governamental da autonomia e de muitos processos autonómicos.

Portanto, por aí também não é argumento.

Em relação à despesa, bom, falar de despesa, falar de uma Casa da Autonomia fora do processo parlamentar, das instituições autonómicas, não garantindo o necessário pluralismo, a visão plural que os açorianos querem que esteja aqui representada nesta Assembleia, impor esse projeto por maioria pura e simples, eu penso que essa também é uma visão unilateral da autonomia, com que não podemos concordar.

Portanto, esses argumentos não me parecem válidos. Nós só não apoiamos, porque não está, na nossa perspetiva, clara a forma de tornar objetiva a operacionalização deste projeto.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir neste debate, porque entendi que era matéria claramente parlamentar, em que a Assembleia decide sobre uma proposta que a convoca a fazer ou a não fazer, se assim decidir uma determinada coisa.

No entanto, a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estevão, em aspetos que, embora completamente à margem daquele que é o assunto em debate, não pode deixar de ter um comentário da minha parte a bem da justiça da apreciação que se faz das coisas.

O Sr. Deputado, de forma reiterada, tem procurado minorizar e até desprestigiar a representação do Governo feita na minha pessoa, nesta Casa.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**A Oradora:** E fá-lo reclamando constantemente da falta de presença do Governo nesta Assembleia,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu não disse isso!

**A Oradora:** ... quando eu estou aqui presente...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu não disse isso!

**A Oradora:** ... do princípio ao fim dos trabalhos e sou eu a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu não disse isso!

**A Oradora:** ... goste o Sr. Deputado ou não.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Também lhe queria dizer, Sr. Deputado, que é de enorme injustiça as referências que faz ao Sr. Presidente do Governo, ao Sr. Vice-Presidente e aos outros Membros do Governo que, de forma regular e muito frequente, marcam presença neste Parlamento e ainda esta sessão plenária é prova disso.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é verdade!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Não creio, Sr. Deputado, que nenhum assunto tenha deixado de ser devidamente discutido por algum impedimento pontual de algum membro do Governo, sobretudo porque a sua representação esteve sempre aqui assegurada e eu nunca me furtei, na qualidade que exerço, a discutir qualquer que fosse o assunto que as Sras. e os Srs. Deputados resolvessem trazer aqui.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** No tempo do PPD é que só havia um membro do Governo aqui!

**A Oradora:** Exatamente, Sr. Deputado Artur Lima. Muito bem lembrado.

E rejeito também, por isso, as suas referências a domínio dos mecanismos institucionais, que o senhor diz, mas pronto. Esta é uma matéria lateral.

Lateral também a questão da Casa da Autonomia, sendo certo, Sr. Deputado, que não posso deixar de lhe lembrar as regras da democracia.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** E de acordo com as regras da democracia, este Parlamento tem a composição que tem, que resulta de eleições diretas e livres,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... resulta da vontade do povo açoriano.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** E foi de acordo com a vontade do povo açoriano que esse projeto foi aqui aprovado.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, primeiro a Sra. Secretária Regional, naquilo que é um clássico do ponto de vista parlamentar, quando não tem argumentos constrói-os e a Sra. Secretária...

*(Burburinho das bancadas)*

**O Orador:** Desconte-me isto!

Sra. Secretária, eu devo dizer-lhe...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O senhor tem sido um excelente professor!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Eu diria que o seu clássico ainda tem sido mais clássico!

**O Orador:** Oh, Sra. Secretária, deixe-me falar. Não a interrompi uma única vez. Posso ou não posso?

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Foi um aparte!

**O Orador:** Deixe-me dizer-lhe, deixe-me contra argumentar aquilo que a Sra. Secretária disse.

Eu devo dizer que eu nunca disse que o Governo não estava presente. É efetivo, é visível. Eu vejo três membros do Governo. Agora, quando a Sra. Secretária me diz que eu disse que o Governo não estava cá, a Sra. Secretária está a faltar à verdade, porque, obviamente, eu não disse isso, nem poderia ter dito, porque é visível que temos aqui três membros do Governo.

E, portanto, o que eu disse é que a representação institucional, que a Sra. Secretária não é a Presidente do Governo. Eu referi que não estava o Sr. Presidente do Governo. Também não é o Vice-Presidente, não ocupa essa... E o que eu lhe disse é que, ao longo das últimas sessões, nos últimos meses, a representação institucional, ao nível da Presidência e da Vice-Presidência, tem vindo a diminuir e isso é factual. Não há nenhuma dúvida!

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Não é nada factual!

**O Orador:** Ou seja, o Sr. Presidente do Governo Regional tem vindo a diminuir o número de presenças neste Parlamento, ao longo dos últimos meses...

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Isso não é verdade!

**O Orador:** ... desta legislatura,...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Isso não é verdade!

**O Orador:** ... é factual e o Sr. Vice-Presidente também é factual.

**Deputada Catarina Moniz Furtado** (*PS*): Ainda esta manhã esteve presente!

**O Orador:** Bom, e em relação a essa matéria, como é factual e todos podem observar e todos podem testemunhar, e temos aqui os Diários das Sessões, poderá verificar isso.

Em relação à ausência...

**Presidente:** O seu tempo está a terminar.

**O Orador:** ... de alguns membros do Governo Regional em relação a debates sobre matérias que tutelam, também é factual, também está nos Diários das Sessões.

**Deputado Berto Messias (PS):** É factual na sua cabeça!

**O Orador:** Eu lembro, por exemplo, que o Primeiro-Ministro...

**Deputado Francisco César (PS):** Vá, defenda o Primeiro-Ministro!

**O Orador:** Eu lembro que na Assembleia da República...

Eu não queria protestar, oh, Sr. Deputado Berto Messias, mas não volte a fazer essa referência.

**Deputado Berto Messias (PS):** É factual na sua cabeça! Pode protestar à vontade!

**O Orador:** Do ponto de vista...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**O Orador:** Oh, Sra. Presidente!

... da presença, na Assembleia da República, dos Membros do Governo e do Primeiro-Ministro, ela é uma presença que está prevista e é muito frequente. Em outros órgãos democráticos da Europa, deste ou de qualquer outro partido, do Partido Social Democrata, mas também do Partido Socialista em ocasiões anteriores. O que nós temos aqui vindo a assistir é à desvalorização,...

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... repito, desta instituição parlamentar por parte do Governo Regional, quando não respondem, por exemplo, aos requerimentos,...

**Presidente:** Sr. Deputado, esta matéria não é a que estamos a discutir!

**O Orador:** ... quando os senhores não respondem no prazo, quando os senhores estão ausentes dos debates, quando o Presidente e o Vice-Presidente, de forma reiterada,...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão!

**O Orador:** ... faltam ao Plenário.

Portanto, aí há uma desvalorização objetiva deste Parlamento.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão!

**O Orador:** Sra. Presidente, eu termino dizendo também, em relação à Casa da Autonomia,...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão!

**O Orador:** ... diz a senhora, nós temos a democracia, mas a senhora...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão! O Sr. Deputado já esgotou, claramente, o seu tempo e a matéria que o senhor está a discutir, neste momento, como eu já lhe tinha chamado à atenção previamente, nada tem a ver com o debate.

Eu permiti que o senhor, na sua primeira intervenção, referisse esses aspetos, porque fez o enquadramento...

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** ... à matéria da qual estava a intervir sobre a questão do projeto de resolução do PSD. A Sra. Secretária respondeu,...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Só respondi à sua intervenção!

**Presidente:** ... o Sr. Deputado já respondeu, mas já ultrapassou o seu tempo, eu já lhe disse que esta matéria não é a que estamos a debater. Portanto, peço-lhe que tenha isso em consideração e que termine a sua intervenção.

**O Orador:** Sra. Presidente, quero dizer-lhe que, nesta minha resposta, apenas estou a responder aos temas que foram abordados pela Sra. Secretária, única e

exclusivamente. Ou seja, em relação à presença do Governo e da sua presença...

**Presidente:** A Sra. Secretária respondeu à sua intervenção!

**O Orador:** ... e estava a terminar a minha intervenção, cumprindo, evidentemente, aquilo que a senhora, aqueles que são os direitos da Mesa e a obrigação da Mesa de regular estes trabalhos.

Vou terminar a intervenção fazendo, pura e simplesmente... Esta intervenção foi atribulada pelas constantes interrupções de V. Ex.<sup>as</sup>, dizer o seguinte: é evidente que os senhores podem aprovar o que quiserem com maioria absoluta, agora, em questões de autonomia, que nos dizem respeito a todas e a todos os açorianos, dita o bom senso que este tipo de projetos fossem aprovados pelo conjunto dos partidos ou pela maioria esmagadora dos partidos.

Os senhores consideram que é muito correto ter uma visão unilateral da autonomia e aprovam com uma maioria absoluta. Os senhores estão no vosso direito. Os açorianos podem considerar...

**Presidente:** Tem que terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... que a vossa visão da autonomia é unilateral e é imposta e eu tenho uma visão diferente, é uma autonomia participada e plural.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** A sua!

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.

Peço-vos que se inscrevam, porque, caso contrário, eu vou mesmo passar à votação.

Não há inscrições.

Vamos votar este projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 1 do PCP, 19 votos a favor do PSD; 3 abstenções do CDS-PP; 1 do BE; e 1 do PPM.

**Presidente:** Vamos avançar com os nossos trabalhos. Passamos agora para o ponto 8 da nossa Agenda: Pedido de autorização para o Sr. Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo comum (Tribunal Singular) n.º 4/14.6/FBSCF.

O relatório foi distribuído por todos. Penso que não há inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O relatório foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para o ponto 9: Pedido de urgência da Anteposta de Lei n.º 16/X – “Programa especial de apoio social para a ilha Terceira”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Relembro que este pedido de urgência não dispensa o exame da iniciativa em Comissão, por isso, para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente:

A urgência justifica-se pela situação que se vive na ilha Terceira.

É evidente que a situação de toda a região e de todas as ilhas da região é complexa, há uma crise social e económica, mas a verdade é que na ilha Terceira, nos últimos anos e face a algumas alterações de todos conhecidas, a situação na ilha Terceira ficou, digamos, muito mais complexa, com muitos mais problemas.

Apareceu, e iniciativa do Governo Regional, um Plano de Revitalização da Ilha Terceira. Nós, na altura, considerámo-lo insuficiente, embora o apoiando na

generalidade, designadamente naquilo que concerne ao apoio aos trabalhadores, daí estarmos a apresentar uma anteproposta de lei que visa, exatamente, colmatar algumas das insuficiências que, na altura, reconhecemos e identificámos no conhecido PREIT.

Face à importância da matéria, não pedimos a dispensa de exame em Comissão, mas, face à situação que se vive na ilha Terceira, pedimos que a tramitação desta anteproposta de lei possa ser feita com a urgência que regimentalmente está prevista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Nuno Meneses, tem a palavra.

(\*) **Deputado Nuno Meneses (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de urgência aqui apresentada pelo PCP visa, na sua essência, permitir, de uma forma mais expedita, uma análise e discussão da anteproposta de lei que procura um programa especial de apoio social para a ilha Terceira.

Sabemos que a ilha Terceira vive, neste momento, uma fase de alguma indefinição relativamente àquela que será a influência da Base das Lajes na economia da ilha e que é uma situação que sabemos estar a contribuir para uma destruição de postos de trabalho diretos e indiretos por via da redução do contingente militar norte-americano, que tem vindo, aliás, a acontecer nos últimos dois anos.

Sendo, contudo, a perspectiva de que a redução de contingente militar se venha a intensificar, havendo ainda a agravante de eventuais rescisões ou mesmo de despedimento de trabalhadores portugueses, naturalmente as consequências socioeconómicas irão refletir-se nas próprias dinâmicas existentes na ilha.

A ultrapassagem destas dificuldades passará por um conjunto de medidas de responsabilidade do Governo dos Açores, do Governo da República e das autarquias da ilha, como também das respostas que terão de ser dadas pela iniciativa privada, que terá de ser capaz de se reposicionar no sentido de encontrar alternativas àquelas que existiam fruto da forte presença norte-americana.

O reforço dos apoios sociais poderá ser também um caminho, pelo que consideramos pertinente analisar a proposta do PCP na tentativa de se tentar perceber que impacto terá e qual a relação custo/ benefício da implementação de tais medidas, medidas essas de carácter excecional e que visam discriminar positivamente esses apoios aos residentes na ilha Terceira.

Assim, o Partido Socialista votará favoravelmente a urgência para se viabilizar uma mais rápida análise do diploma em Comissão, possibilitando uma eventual subida a Plenário ainda nesta sessão legislativa.

Muito obrigado.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para o ponto 9.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Para uma interpelação para pedir um intervalo de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental e, considerando o nosso horário, vamos também interromper os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 horas.

*Eram 19 horas e 17 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Domingos** Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

**Francisco** Miguel Vital Gomes do Vale **César**

**Pedro** Miguel Medeiros de **Moura**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Duarte** Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Rogério** Paulo Lopes Soares **Veiros**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

**A redatora:** *Sónia Nunes*